

PERIODICIDADE | TRIMESTRAL



JUL - SET 2021

ISSN: 2595-2234

BOLETIM DE
CONJUNTURA

ECO NÔ MI CA

MARANHENSE

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

SEPE

SECRETARIA DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Luís Fernando Silva

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS
Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Hiroshi Matsumoto

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS
Talita de Sousa Nascimento Carvalho

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS
Anderson Nunes Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS
Geilson Bruno Pestana Moraes

COORDENAÇÃO
Departamento de Estudos Regionais e Setoriais

ELABORAÇÃO

Anderson Nunes Silva	Geilson Bruno Pestana Moraes
Carlos Eduardo N. Campos	Matheus Pereira Farias
Cléa Nathanny F. dos Santos	Mírian Carvalho da Costa
Leonardo Vinícius Cruz Moraes	Raphael Bruno Bezerra Silva

COLABORAÇÃO
Isabela Souza Julio
Julia Rebecchi de Azevedo

REVISÃO DE LINGUAGEM
Yamille Castro

NORMALIZAÇÃO
Dyana Pereira

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos -IMESC

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de
Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v.9, n.3. São Luís: IMESC,
2021

Trimestral
ISSN 2595 2234

53 p.

1. Economia 2. Maranhão I. Título

CDU 33 (812.1)

SUMÁRIO

1.	ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL	7
2.	ABRANGÊNCIA NACIONAL	11
2.1	Indicadores Macroeconômicos e Nível de Atividades	11
2.1.1	Câmbio	11
2.1.2	Inflação e juros.....	11
2.1.3	Produto Interno Bruto (PIB)	13
2.1.4	Agricultura.....	15
2.1.5	Indústria	17
2.1.6	Serviços.....	19
2.1.7	Comércio	21
2.2	Balanço de Pagamentos e Comércio Exterior	23
2.2.1	Balanço de Pagamentos.....	23
2.2.2	Balança Comercial	24
2.3	Finanças Públicas	26
2.4	Mercado de Trabalho	28
3	ABRANGÊNCIA ESTADUAL	31
3.1	Indicadores e Nível de Atividades	31
3.1.1	PIB	31
3.1.2	Inflação	34
3.1.3	Produto Interno Bruto	35
3.1.4	Agropecuária.....	35
3.1.5	Indústria	37
3.1.6	Serviços.....	38
3.1.7	Comércio varejista	40
3.2	Comércio Exterior.....	41
3.2.1	<i>Commodities</i>	41
3.2.2	Balança Comercial	43
3.3	Finanças Públicas	45
3.4	Mercado de Trabalho	49
3.4.1	Ocupação	49
3.4.2	Emprego formal celetista.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Brasil: Evolução da taxa de câmbio, Real brasileiro (BRL), comparado com o Dólar dos EUA (USD), janeiro de 2020 a outubro de 2021	11
Gráfico 2. Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre outubro de 2021 e agosto de 2028 em % (out./21 e nov./21).....	13
Gráfico 3. Taxa de crescimento do PIB do Brasil acumulado nos últimos quatro trimestre em %	15
Gráfico 4. Brasil: Variação percentual da produção estimada em 2021* quando comparada ao ano de 2020.....	16
Gráfico 5. Brasil: Produção industrial por categoria de uso – janeiro de 2020 a setembro de 2021 – Índice de base fixa com ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100).....	18
Gráfico 6. Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial, resultados mensais do período de janeiro de 2020 a novembro de 2021.....	19
Gráfico 7. Brasil: Evolução mensal do índice base fixa (2014=100) (número-índice) e variação mês/mês anterior (%) do volume de serviços	21
Gráfico 8. Brasil: Evolução da variação mês/mês anterior (%) do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado	23
Gráfico 9. Brasil: Principais parceiros comerciais do Brasil em 2021*; exportações; importações; saldo; corrente comercial; valores em bilhões de US\$	26
Gráfico 10. Brasil: Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (%).....	28
Gráfico 11. Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e taxa de crescimento real do PIB – 2010 a 2023 (%).....	31
Gráfico 12. Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB segundo os setores de atividade econômica (valores em %) – 2013 a 2021.....	33
Gráfico 13. São Luís: Acumulado do ano (janeiro a outubro) dos grupos do IPCA.....	34
Gráfico 14. Maranhão: Variação percentual da produção estimada em 2021* quando comparado ao ano de 2020.....	35
Gráfico 15. Maranhão: Valor Bruto da produção agropecuária (R\$), a preços constantes, por produto e variação percentual em 2020 e 2021	37
Gráfico 16. Maranhão: Evolução mensal da variação mês/mês anterior (%) do volume e receita de serviços	39
Gráfico 17. Maranhão: Evolução da variação mês/mês anterior (%) do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado	41
Gráfico 18. Número-índice para a cotação internacional da soja, milho, carne bovina e algodão, de outubro de 2019 a outubro de 2021 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais.....	42
Gráfico 19. Número-índice para a cotação internacional do petróleo, alumínio, minério de ferro e cobre, de outubro de 2019 a outubro de 2021 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais.....	43
Gráfico 20. Maranhão: Gastos por função* no acumulado de janeiro a setembro de 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2021)	48
Gráfico 21. Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação trimestral das pessoas na força de trabalho, por trimestre de 2012 a 2021 (em %).....	49
Gráfico 22. Brasil e Maranhão: Rendimento médio real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), do primeiro trimestre/2014 ao terceiro trimestre/2021, inflacionados pelo IPCA a preços de ago./2021.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Projeção de crescimento do PIB de países selecionados em outubro de 2021	7
Tabela 2. Brasil: Acumulado do ano (%), Índice Geral do IPCA e subitens de maior impacto no acumulado de janeiro a outubro de 2021	12
Tabela 3. Taxa de crescimento dos principais indicadores de atividade econômica por trimestre em %	14
Tabela 4. Brasil: Estimativa anual da produção (toneladas) dos principais produtos das lavouras em agosto de 2021, contendo as variações mensais (setembro/2021) e anuais (outubro/2021)	17
Tabela 5. Brasil: Valor Bruto da Produção Agropecuária (R\$), a preços constantes, por produto e variação percentual, em 2020 e 2021	17
Tabela 6. Brasil: Variação (%) mensal e interanual do volume de serviços por atividades em junho e no acumulado no ano (Base fixa 2014 = 100)	20
Tabela 7. Brasil: Variação (%) mensal e interanual do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado por atividades em junho e no acumulado no ano (Base fixa 2014 = 100)	22
Tabela 8. Brasil: Balanço de <i>pagamentos</i> 2020* e 2021* (US\$ bilhões)	24
Tabela 9. Brasil: Principais produtos da balança comercial brasileira em 2021*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas, participação (%) e variação absoluta interanual.....	25
Tabela 10. Brasil: Resultado Primário do Governo Central (R\$ milhões – valores de setembro/2021 – IPCA) e variação interanual (%) e absoluta) por discriminação no acumulado no ano de janeiro a setembro de 2021.....	27
Tabela 11. Brasil: Indicadores de mercado de trabalho em milhões de pessoas acima de 14 anos	29
Tabela 12. Brasil: Geração de emprego formal por agrupamento de atividades econômicas – saldo mensal* e acumulado do ano**	30
Tabela 13. Brasil e Regiões: Geração de emprego formal acumulado do ano*; saldo mensal e variação no estoque de empregos**.....	30
Tabela 14. Maranhão: Estimativa anual da produção (toneladas) dos principais produtos das lavouras em agosto de 2021, contendo as variações mensais (setembro/2021) e anuais (outubro/2021).....	36
Tabela 15. Maranhão: Números de empresas ativas por setor e porte – jan./2021 a out./2021	37
Tabela 16. Maranhão: Saldo de emprego formal da Indústria por porte das empresas até setembro de 2021	38
Tabela 17. Maranhão: Variação (%) mensal e interanual do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado em setembro e no acumulado no ano (Base fixa 2014 = 100)	39
Tabela 18. Brasil: Variação (%) mensal e interanual do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado em junho e no acumulado no ano (Base fixa 2014 = 100)	40
Tabela 19. Maranhão: Principais produtos da balança comercial maranhense de 2019* a 2021*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variações interanuais absolutas e relativas	44
Tabela 20. Maranhão: Transferências constitucionais para o Maranhão no acumulado de janeiro a setembro de 2020 e 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2021), variação relativa (%) e variação absoluta	46
Tabela 21. Maranhão: Receitas correntes e de capital* no acumulado de janeiro a setembro de 2020 e 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2021), variação relativa (%) e variação absoluta.....	46
Tabela 22. Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica*, no acumulado de janeiro a setembro de 2020 e 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2021), variação relativa (%) e variação absoluta	47

Tabela 23. Maranhão: Despesas correntes e de capital* no acumulado de janeiro a setembro de 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2021), variação relativa (%) e variação absoluta.....	48
Tabela 24. Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas) segundo os grupamentos de atividade, de 2017 a 2021; variação absoluta e taxa de crescimento (%)	50
Tabela 25 - Maranhão: Número de ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2017 a 2021	51
Tabela 26. Maranhão: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas – saldo mensal* e acumulado**	52

SUMÁRIO EXECUTIVO

A economia mundial deve crescer 5,9%, em 2021, segundo a projeção do *World Economic Outlook* (WEO), divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Os dados divulgados em outubro deste ano apresentam uma revisão levemente baixa de 0,1% em relação ao último WEO de julho. Segundo esse relatório, o agravamento da pandemia da Covid-19 traz impactos mais severos em populações de baixa renda e contribuem para pressionar negativamente o desempenho econômico por meio de efeitos inflacionários e entraves logísticos.

Em relação à abrangência nacional, o PIB do 3º trimestre de 2021 segue com variação positiva (3,9%), quando considerada a taxa de crescimento acumulada dos últimos quatro trimestres. Com exceção da Agropecuária, os demais setores apresentaram queda significativa desde o terceiro trimestre de 2020. No entanto, a partir do segundo trimestre de 2021, a variação acumulada passou a ser positiva em todos os setores de atividade nesse comparativo.

Na abrangência estadual, destaca-se que a estimativa do PIB maranhense para 2021 corresponde a um crescimento de 4,3%, com destaque para a Indústria e a Agropecuária. Estima-se que o Maranhão apresente crescimento de 4,8% no setor primário, tendo a agricultura como carro chefe, principalmente na atividade da lavoura temporária, em que a produção de grãos é o maior destaque. E para a Indústria maranhense, que tem apresentado bom desempenho desde o início do ano, principalmente a Indústria Extrativa e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), é estimada alta de 2,2% em 2021. Além disso, indicadores do segmento da Construção surpreenderam neste terceiro trimestre.

Por sua vez, o setor terciário pode apresentar crescimento de 4,7% no Valor Adicionado Bruto, dado que as atividades mais importantes são Administração Pública (APU), Comércio, Atividades Imobiliárias e Transportes, que representam cerca de 57,1% do valor adicionado total do estado.

Em relação à abertura comercial, o Maranhão registrou recorde em 2021. O valor exportado de US\$ 3,7 bilhões foi o maior em toda a série histórica, considerando o período acumulado de janeiro a outubro, tendo a China como principal local de destino.

No que se refere ao mercado de trabalho, a massa de rendimento real da população ocupada do Maranhão (R\$ 3,4 bi) registrou variação de 6,1% no terceiro trimestre de 2021, em comparação com o trimestre anterior, e de 13,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, apontando trajetória de alta, com montante 2,3% acima do patamar pré-pandemia, ao contrário do registrado em abrangência nacional, que se encontra 6% abaixo do nível do terceiro trimestre de 2019. Por sua vez, o emprego celetista do Maranhão registrou saldo de 37.465 vagas entre janeiro e outubro de 2021, o maior crescimento do Nordeste.

1. ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL

Economia mundial deverá crescer 5,9% em cenário de incertezas que persistem

A economia mundial deve crescer 5,9% em 2021 segundo a projeção do *World Economic Outlook* (WEO) divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Os dados divulgados em outubro deste ano apresentam uma revisão levemente baixa de 0,1% em relação ao último WEO de julho. Segundo esse relatório, o agravamento da pandemia da COVID-19 traz impactos mais severos em populações de baixa renda e contribuem para pressionar negativamente o desempenho econômico por meio de efeitos inflacionários e entraves logísticos, dada a limitação da disponibilidade de contêineres e o aumento nos custos de fretes, limitando assim os fluxos comerciais entre os países.

Segundo dados da *Our World in Data*, até 19 de novembro de 2021, 7,6 bilhões de doses foram administradas, totalizando 3,23 bilhões de pessoas totalmente vacinadas, 41,9% da população mundial. No total de doses administradas, o Brasil segue na quarta colocação, ficando atrás da China, Índia e Estados Unidos. No Brasil, a adoção da terceira dose pelo Governo Federal visa aumentar as expectativas de imunidade da população contra o repique da pandemia que atinge nesse quarto trimestre de 2021 a Europa e Ásia.

Ainda segundo o FMI, a rápida disseminação da variante delta da COVID-19 aumenta as incertezas sobre uma provável superação da pandemia, dificultando as escolhas de políticas públicas em face da limitação de manobra dentro do orçamento fiscal dos países. Destaca-se ainda em novembro a medida da Pfizer de autorizar versões genéricas de comprimido contra COVID-19 em 95 países (53% da população mundial) de renda baixa e média por meio de um acordo de licenciamento com o grupo internacional de saúde pública, Grupo de Patentes de Medicamentos.

Tabela 1 - Projeção de crescimento do PIB de países selecionados em outubro de 2021

Países e Regiões	2020	Projeções outubro/2021		Diferença julho/2021
		2021	2022	2021
PIB Mundial	-3,1	5,9	4,9	-0,1
Economias avançadas	-4,5	5,2	4,5	-0,4
Estados Unidos	-3,4	6,0	5,2	-1,0
Zona do Euro	-6,3	5,0	4,3	0,4
Alemanha	-4,6	3,1	4,6	-0,5
França	-8,0	6,3	3,9	0,5
Japão	-4,6	2,4	3,2	-0,4
Economias emergentes	-2,1	6,4	5,1	0,1
China	2,3	8,0	5,6	-0,1
Índia	-7,3	9,5	8,5	0,0
Rússia	-3,0	4,7	2,9	0,3
América Latina e Caribe	-7,0	6,3	3,0	0,5
Brasil	-4,1	5,2	1,5	-0,1
Argentina	-9,9	7,5	2,5	-0,1

Fonte: WEO, FMI. Divulgado em outubro de 2021

Por outro lado, o WEO aponta para aumento do ímpeto em exportação de *commodities* dos países em desenvolvimento, fator que amenizou a tendência de queda nas projeções de crescimento econômico do FMI. A redução das projeções de diversas economias em relação ao último relatório, também ocorre devido à acentuada pressão inflacionária diante das dificuldades da oferta (bens, produtos e serviços) em se adequar à demanda (consumo), sendo que esse fenômeno vem sendo observado no mundo todo.

Países desenvolvidos deverão crescer 5,2% em 2021

Para os países desenvolvidos, a projeção para os Estados Unidos é de 6% de crescimento em 2021. Sua previsão foi revisada para baixo em -1,0% em decorrência dos impactos inflacionários de 6,2% segundo dados do FMI. Essa é a maior alta anual em 31 anos e apresenta viés de crescimento para os próximos meses. Dessa maneira, a pressão inflacionária tem elevado as chances de o *Federal Reserve* ter de subir as taxas de juros no próximo ano. Dentro desse difícil contexto, está inserido o plano do Governo Federal de investimentos em construção e modernização de estradas, pontes, portos, trânsito ferroviário, saneamento básico e demais infraestruturas.

Ainda sobre os Estados Unidos, o valor destinado a esses investimentos é de US\$ 1 trilhão, deve abranger todo o território estadunidense e foi aprovado pela Câmara, Senado americano e chancelado pelo presidente em novembro deste ano. Ainda sobre a inflação americana, o Governo Federal liberou o uso das reservas estratégicas de petróleo para conter o aumento dos preços da energia ligada a essa *commodity*. Também houve coordenação com países como China, Índia e Japão para que seguissem o mesmo exemplo, o que poderá ocasionar a queda da cotação internacional do produto, sendo esse um movimento oposto ao da OPEP+ que vinha mantendo o seu preço a partir do controle da oferta.

Já a Zona do Euro apresenta crescimento de 5% em 2021 influenciada pela Alemanha que teve alta de 3,1% e França com 6,3% segundo o FMI. O aumento dos preços do gás natural na Zona do Euro teve forte impacto na inflação que chegou a 4,5% na Alemanha, sendo essa taxa a mais alta na última década. Sendo assim, os preços do gás natural subiram 23,7% no acumulado de 12 meses até outubro e levou o preço a alcançar € 101,60 em novembro. A alta dos preços do gás natural se deve às incertezas relacionadas à estabilidade do abastecimento do gás natural em face do atrito geopolítico entre a Ucrânia (principal corredor do gás destinado à Europa) e Rússia. A Polônia, que é membro da União Europeia e também recebe gás russo, está em uma crise política com a Bielorrússia devido à passagem de imigrantes ilegais pela fronteira entre os países. Todos esses fatores geram impactos negativos sobre o preço do gás natural no mercado europeu.

Ainda em relação às economias avançadas, o Japão deverá crescer 2,4% em 2021 segundo o FMI. Contribuíram para essa projeção as políticas de investimento em setores-chave como energia renovável e veículos elétricos. Ambos os setores estão ligados à estratégia governamental de descarbonização da economia. Também existe a vontade da competitiva indústria automobilística japonesa em alavancar sua vantagem comparativa na fabricação de automóveis a partir de novas tecnologias que envolvam baterias mais eficientes e que devem receber US\$ 877 milhões em subsídios para apoio à construção de novas fábricas.

Países em desenvolvimento deverão crescer 6,4% em 2021

Para as economias emergentes, projeta-se alta de 6,4% em 2021, com destaque para China e Índia que devem crescer 8% e 9,5% respectivamente, segundo o FMI. Em relação à China, a aceleração de 13,5% dos preços ao produtor e o enfraquecimento das atividades manufatureiras elevaram as incertezas quanto à capacidade do país em manter suas taxas de crescimento constantes em 2022. A aceleração dos preços ao produtor que se dá em um contexto de aumento dos preços das *commodities*, associada à crise energética, poderá impactar com fortes aumentos de preços de alimentos no setor varejista.

Ainda sobre a China, depois de uma grande expansão fiscal estimada para 2020, um aperto significativo é projetado para 2021 com base no orçamento e no resultado fiscal até o

momento. Já em sua política monetária, a China mantém a taxa de juros pelo 19º mês seguido em 3,85%. Entretanto, à medida que as tensões econômicas continuam a crescer, haverá mais pressão para aliviar a pressão dos financiamentos dos tomadores de empréstimos que seguem endividados. No contexto geopolítico, o país se mantém pressionado pela comunidade internacional que está atenta aos desdobramentos do conflito diplomático chinês com Taiwan em sua luta pela independência. Os Estados Unidos mantêm postura ambígua ao apoiar a política “uma única China”, defendida por Pequim, e ao mesmo tempo, defende o direito de Taiwan de ter suas próprias leis e defender sua autonomia econômica.

Já para o Brasil, o FMI projeta crescimento de 5,2% em 2021. Segundo o WEO de outubro desse ano, apesar da alta dos preços das *commodities* (que beneficia o Brasil por ser grande exportador de *commodities* minerais e agrícolas), houve revisão baixista de 0,1% que reflete o efeito da alta na taxa básica de juros que teve o propósito de controlar a inflação no país. A inflação que chegou a 10,6% no acumulado de doze meses (IPCA) vem atingindo fortemente a população de baixa renda que ainda sente os impactos advindos da pandemia no mercado de trabalho nacional que apresenta taxa de desemprego superior a 14% (PNADc).

No que tange à Argentina, a escassez de dólares, em sua economia, conforme dados do Banco Central Argentino, reduziu as importações de suas empresas. Ao se analisar o crescimento econômico, o PIB argentino terá alta de 7,5% em 2021, repondo uma parte da forte queda de -9,9% de desempenho econômico em 2020. Já as exportações brasileiras para a Argentina, segundo o FMI, apresentaram queda em alguns setores como o automotivo devido à falta de componentes decorrentes dos gargalos nas cadeias de produção que prejudicam principalmente a indústria automotiva que apresentou queda de 7,7% de janeiro a outubro de 2021, comparado a igual período de 2020.

Tendência da adoção da economia de baixo carbono pelos países desenvolvidos

Na pauta ambiental, tema alvo de grandes debates e negociações a nível internacional, entre 31 de outubro e 12 de novembro, ocorreu a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP26). A Conferência das Partes reuniu cerca de 50 mil participantes, entre líderes políticos, representantes de governos, ativistas ambientais, representantes de organizações da sociedade civil, entre outros, em Glasgow, Escócia, em torno de discussões e propostas de iniciativas de ação climática.

Durante a conferência, temas prementes ao desenvolvimento sustentável foram debatidos, com destaque para o financiamento para ações climáticas, em especial para países em desenvolvimento, redução da emissão de gases estufa como o metano até 2030, proteção de comunidades vulneráveis, migração climática e transição para matrizes de energia limpa. Ao final das negociações que ocorreram durante a conferência, os Estados-membros celebraram o Pacto Climático de Glasgow que dita os compromissos firmados entre os países para os próximos 30 anos com o objetivo de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.

Além desse, as discussões resultaram em outros pactos e compromissos multilaterais como a Declaração sobre Florestas e Uso do Solo, que visa eliminar o desmatamento ilegal, e o Compromisso Global do Metano, no qual os países signatários se comprometem a reduzir 30% as emissões do gás, ambos com prazo até 2030, além do compromisso firmado entre 500 empresas de serviços financeiros globais que concordaram em levantar 130 trilhões de dólares para alcançar as metas do Acordo de Paris.

Ainda em relação à Conferência do Clima COP26, tornou-se evidente a tendência de migração de um modelo de baixo custo e alta poluição para um modelo de baixa produção de carbono com custo maior. Segundo dados da Escola de Administração de Lausanne, que é ligada

ao painel de mudanças climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), não se trata somente de rupturas nas cadeias de abastecimento, mas de uma mudança de estrutura da economia mundial, que estará mais pressionada pelas demandas da sociedade civil por sustentabilidade e ética ambiental.

Evolução da vacinação no Mundo

No terceiro trimestre de 2021, a conjuntura político-econômica internacional continuou sendo influenciada pelas dinâmicas causadas pela pandemia da COVID-19. No que diz respeito à pandemia, seus efeitos são observados ao redor do mundo, embora não de forma homogênea, visto a disparidade entre os países no que diz respeito ao acesso às vacinas e as medidas de recuperação econômica. Segundo o *World Economic Outlook* (FMI), quase 60% da população de economias mais avançadas já estão imunizadas, enquanto que 96% da população em países de baixa renda ainda não foi vacinada.

Figura 1 - Evolução das doses aplicadas em todo o mundo, com percentual da população totalmente imunizada em 19 de novembro de 2021

	Total de doses aplicadas	Pessoas totalmente vacinadas	% da população
China	2.330.726.000	1.072.454.000	76,5%
Índia	1.148.786.886	388.254.602	28,5%
Estados Unidos	446.250.342	194.234.782	58,9%
Brasil	297.960.460	128.481.994	58,9%

Fonte: Our World in Data; The New York Times

Apesar da desigualdade, os avanços da vacinação em vários países e a efetividade das vacinas na contenção da doença, conforme dados acima, marcaram a abertura de fronteiras e a recuperação das atividades econômicas. O WEO ressalta o esforço político em nível multilateral, ou seja, abrangendo órgãos como a Organização Mundial de Saúde (OMS) para correção das distorções citadas acima por meio da implantação de vacinas e melhoria da distribuição mais equitativa das doses entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Em relação às medidas de combate à pandemia, alguns países têm implementado novas restrições em relação ao deslocamento de seus cidadãos como Alemanha, Bélgica, Irlanda e Holanda que já anunciaram retorno ao trabalho remoto para frear novos casos de COVID-19. Apesar de a Europa possuir 70% de sua população vacinada em novembro deste ano, volta a ser o epicentro da pandemia segundo dados da OMS.

Ainda em relação à Alemanha, devido ao recorde de casos diários atingidos em novembro, foram adotadas restrições ao deslocamento das pessoas que não se vacinaram para acesso a hotéis, academias e eventos esportivos. Já outros países, como a Suécia e a França, adotaram passaporte de vacinação para acesso a eventos e serviços às famílias como restaurantes.

2. ABRANGÊNCIA NACIONAL

2.1 Indicadores Macroeconômicos e Nível de Atividades

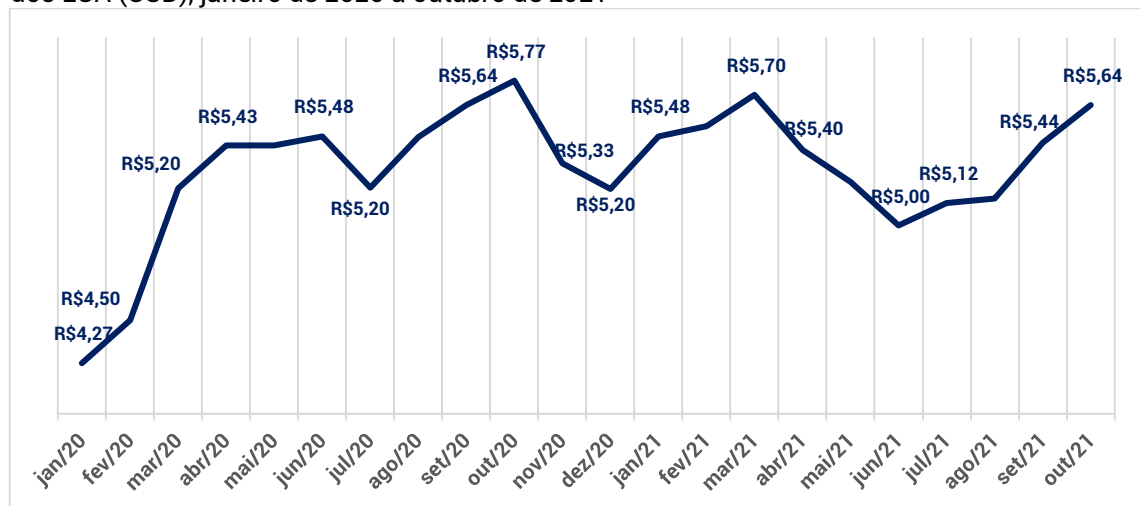
2.1.1 Câmbio

Desvalorização do Real reflete cenário fiscal incerto

Há cerca de um ano, a moeda norte-americana atingiu patamar de R\$ 5,77 (**Gráfico 1**), resultante dos impactos e incertezas inerentes à crise pandêmica gerada pela COVID-19 e as consequentes baixas na taxa Selic, o que ocasionou fuga de capital com efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar americano.

Após o câmbio ter apresentado recuo no segundo trimestre de 2021, associado à alta nos preços das *commodities*, ocorreu trajetória de depreciação do Real em relação ao Dólar após esse período, alcançando patamar superior a R\$ 5,64 em outubro. A turbulência do ambiente interno, associada a incertezas políticas e fiscais quanto ao teto de gastos e a indefinição do pagamento de precatórios, manteve o câmbio em um nível elevado apesar da escalada recente da Selic.

Gráfico 1 - Brasil: Evolução da taxa de câmbio, Real brasileiro (BRL), comparado com o Dólar dos EUA (USD), janeiro de 2020 a outubro de 2021



Fonte: Banco Central do Brasil

Relatório de Mercado Focus, divulgado no dia 8 de novembro, pelo Banco Central, mostrou manutenção no cenário para a moeda norte-americana em 2021 e 2022. As expectativas para o câmbio no fim de período este ano permaneceram em R\$ 5,50, ante R\$ 5,25 de um mês atrás. Para 2022, a estimativa para o câmbio também ficou em R\$ 5,50, de R\$ 5,25 há quatro semanas.

2.1.2 Inflação e jurus

IPCA acelera no primeiro semestre com forte pressão dos combustíveis

Considerando os meses de janeiro a outubro de 2021, o índice de preços, medido pelo IPCA, acumulou alta de 8,24% no ano. Já, ao contabilizar a inflação acumulada nos 12 meses imediatamente anteriores, o nível de preços acumulou alta de 10,67% em outubro, o que representou 5,42 pontos percentuais acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central.

Influenciado pela alta dos combustíveis, o grupo Transportes destacou-se como a maior influência no trimestre móvel (considerando agosto, setembro e outubro) para o resultado do

IPCA. Com as variações de 1,46% em agosto, 1,82% em setembro e 2,62% em outubro, este grupo acumulou alta de 16,43% no ano, considerando janeiro a outubro.

Tabela 2 - Brasil: Acumulado do ano (%), Índice Geral do IPCA e subitens de maior impacto no acumulado de janeiro a outubro de 2021

Subitem	Acumulado do ano (%)	Contribuição (p.p.) no IPCA acumulado em outubro
Índice Geral	8,24	-
Gasolina	38,29	1,85
Energia elétrica residencial	19,13	0,84
Gás de botijão	33,34	0,36
Etanol	51,25	0,33
Automóvel novo	11,41	0,33
Automóvel usado	11,91	0,22
Refeição	5,51	0,19
Aluguel residencial	5,38	0,19
Frango em pedaços	27,57	0,16
Lanche	8,87	0,15

Fonte: IPCA/IBGE (2021)

Entre os subitens que influenciaram o resultado do grupo transportes, destaca-se o subitem “gasolina” que apresentou inflação acumulada de 0,50% no trimestre analisado. Com esse resultado, 15% da inflação de agosto a outubro pode ser explicada apenas por esse produto. A pressão sofrida nos combustíveis é resultante do descasamento entre oferta e demanda, ocasionado pela redução da demanda por petróleo, a qual, por sua vez, foi influenciada pela paralisação das atividades econômicas.

A retomada das atividades econômicas em alguns países pressionou a oferta reduzida, o que impulsionou o preço dessa *commodity* no mundo todo. A gasolina é o produto que apresentou o maior impacto na inflação do ano. Além do grupo transportes, ressalta-se a influência da energia elétrica residencial como o segundo subitem de maior impacto na escalada de preços. Com variação acumulada de 0,42% no trimestre, esse subitem representou 13% do índice de preços.

As perspectivas para o fechamento do ano são de continuidade na pressão dos preços dos combustíveis. De acordo com o Banco Mundial, a demanda por este produto está cerca de 3% abaixo do nível pré-pandemia, o que indica que a demanda continuará a crescer acima da velocidade do crescimento da oferta.

Quanto ao preço da energia elétrica, continua a valer a bandeira tarifária de escassez hídrica até abril de 2022, o que mantém a pressão nos preços desse subitem. A retomada do nível dos reservatórios com o início das chuvas aliviou a pressão na geração pelas hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste que representam 70% da geração de energia do país. Entretanto, a expectativa de acomodação dos preços mantém-se apenas para 2022¹ caso se recupere o nível dos reservatórios.

Juros: Comitê de Política Monetária eleva a SELIC e indica trajetória ascendente

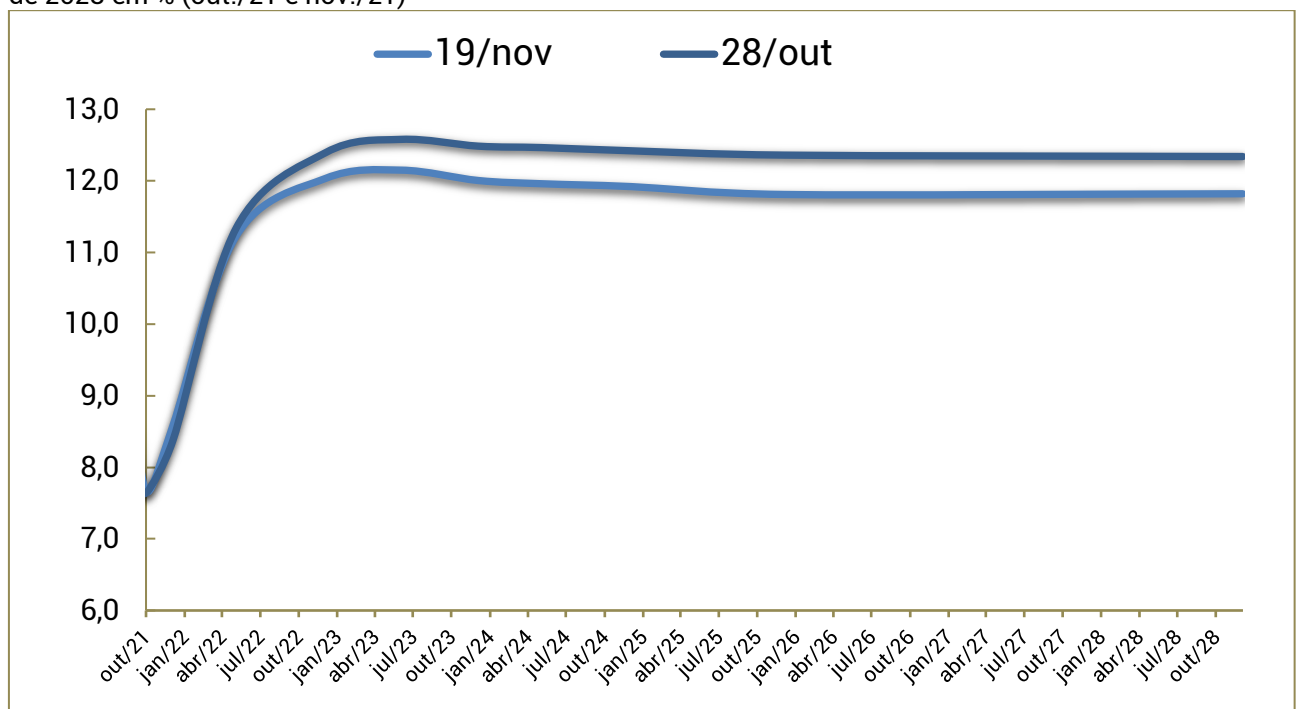
¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/inflacao-nao-se-esgota-em-2021-e-tambem-ameaca-precos-em-2022.shtml>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Considerando a trajetória do índice de preços, o Comitê de Política Monetária (COPOM) elevou a taxa básica de juros da economia, Selic, em 1,5 ponto percentual no dia 27 de outubro de 2021. A taxa de juros saiu, portanto, de 2,0% no início de 2021 para 7,75% atualmente.

A autoridade monetária ressalta o ambiente desfavorável no combate à inflação dada a persistência da pressão inflacionária, não somente no Brasil, mas em outros países emergentes. A elevação apresentou resultado acima do esperado. A reação da taxa de juros tem em vista o horizonte de retrain as expectativas de persistência inflacionária no longo prazo.

As expectativas para a inflação do ano 2022 estão pautadas na trajetória do esforço fiscal para o combate aos efeitos econômicos da pandemia, a aceleração do câmbio, haja vista o ano eleitoral e a recuperação do setor energético com a retomada dos reservatórios.

Gráfico 2 - Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre outubro de 2021 e agosto de 2028 em % (out./21 e nov./21)



Fonte: ADVFN/BM&F BOVESPA (2021)

2.1.3 Produto Interno Bruto (PIB)

PIB do Brasil registra o segundo trimestre consecutivo de queda no terceiro trimestre de 2021

No dia 2 de dezembro de 2021, o IBGE divulgou o resultado do PIB Trimestral referente ao terceiro trimestre de 2021. Comparativamente ao segundo trimestre de 2021 (com ajuste sazonal), o resultado apontou retração de 0,1%, com destaque para a Agropecuária (-8,0%), seguida da estabilidade da Indústria (0,0%). Serviços, setor de maior participação, cresceu 1,1%.

Tabela 3 - Taxa de crescimento dos principais indicadores de atividade econômica por trimestre em %

Setor/Atividade	Trimestre contra trimestre imediatamente anterior				
	2020.III	2020.IV	2021.I	2021.II	2021.III
AGROPECUÁRIA	0,6	-1,1	3,8	-2,9	-8,0
INDÚSTRIA	14,1	1,0	0,9	-0,5	0,0
Indústrias extrativas	3,2	-4,4	1,4	6,9	-0,4
Indústrias de transformação	24,4	3,5	-0,4	-2,5	-1,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos	4,9	-6,2	1,8	1,2	-1,1
Construção	6,8	0,4	3,3	2,7	3,9
SERVIÇOS	6,2	3,0	0,9	0,6	1,1
Comércio	16,7	2,5	1,4	-0,5	-0,4
Transporte, armazenagem e correio	10,9	8,2	2,7	1,1	1,2
Informação e comunicação	3,1	5,2	1,5	4,8	2,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,8	-0,6	-0,2	-0,1	-0,5
Atividades imobiliárias	1,3	0,9	0,7	0,1	0,0
Outras atividades de serviços	7,4	6,1	-0,1	2,5	4,4
Adm., defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	3,4	2,5	-0,2	-0,1	0,8
Valor Adicionado (VA)	7,5	2,9	1,3	-0,4	-0,2
PIB	7,8	3,1	1,3	-0,4	-0,1
Consumo das Famílias (CF)	7,1	3,0	0,5	-0,2	0,9
Consumo do Governo (CG)	3,1	2,3	-0,5	0,9	0,8
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	11,0	14,1	7,9	-3,0	-0,1
Exportação (X)	-1,1	-1,4	3,2	13,7	-9,8
Importação (M)	-8,6	19,9	11,3	-1,3	-8,3

Fonte: SCNT; IBGE (2021)

A respeito do resultado do PIB para o terceiro trimestre de 2021, faz-se algumas observações. Primeiramente, a queda da atividade econômica foi influenciada pelo setor Agropecuário, cujo o desempenho negativo pode ser explicado por dois fatores: i) a colheita da soja foi finalizada no primeiro semestre, o que tende a impactar o crescimento desse setor, já que este produto tem grande participação na Agropecuária; ii) destacam-se também os fatores climáticos que afetaram o plantio de outras culturas.

No que diz respeito ao setor da Indústria, destaca-se, a Construção (+3,9%), a única atividade do setor secundário que apresentou resultado positivo. Este setor apresenta alguns percalços, a elevação do custo das matérias-primas, a escassez de componentes no mundo todo e a crise hídrica, que afeta alguns setores, a exemplo, a geração de energia.

O resultado positivo do setor terciário impediu uma retração maior no PIB. A maior variação foi registrada em "Outras atividades de serviços" (+4,4%) que engloba serviços prestados às famílias, sendo que essas atividades foram fortemente afetadas na pandemia com as medidas restritivas. A liberação gradual das atividades e o avanço da vacinação possibilitou o retorno da prestação de serviços que exigem atividades presenciais.

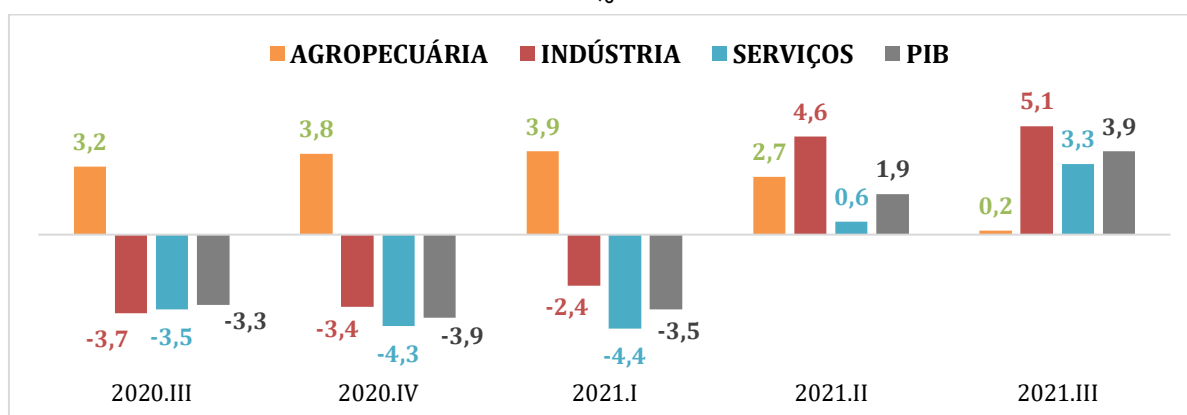
Em 2021, com a continuidade do auxílio e com menos medidas restritivas e de isolamento social, diversas atividades econômicas voltaram a apresentar crescimento, principalmente

Comércio (+1,2%), Transportes (+3,6%) e “Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” (+1,7%).

Cabe mencionar que o resultado negativo para o PIB brasileiro no terceiro trimestre contrariou boa parte das expectativas do mercado que aguardava ao menos uma estabilidade da economia nesse resultado. Contudo, o segundo resultado consecutivo de queda no PIB configurou uma recessão técnica da economia.

Apesar do recuo da atividade econômica na comparação com o trimestre imediatamente anterior, o PIB brasileiro segue com variação positiva (3,9%) quando considerada a taxa de crescimento acumulada dos últimos quatro trimestres (**Gráfico 1**). Importante destacar que 2020 já vinha de uma base muito fraca, afetada diretamente pela pandemia do novo coronavírus.

Gráfico 3 - Taxa de crescimento do PIB do Brasil acumulado nos últimos quatro trimestre em %



Fonte: SCNT; IBGE (2021)

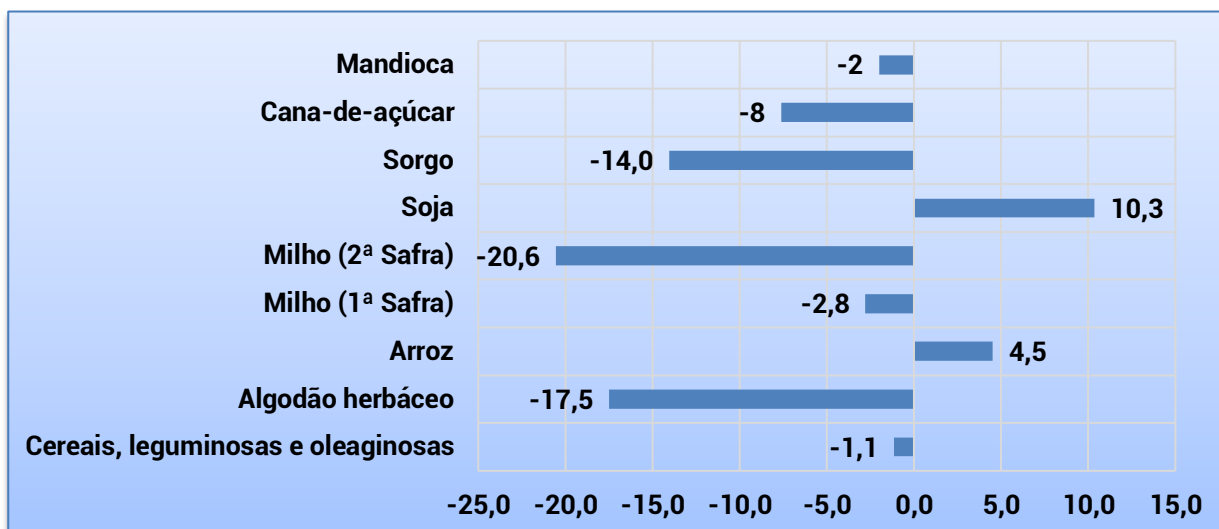
Com exceção da Agropecuária, os demais setores apresentaram queda significativa desde o terceiro trimestre de 2020. No entanto, a partir do segundo trimestre de 2021, a variação acumulada passou a ser positiva em todos os setores de atividade nesse comparativo. A previsão do Boletim Focus (26/11/21) é de que o país atinja crescimento de 4,78% no ano 2021; já o FMI, por meio do WEO de outubro/2021, projeta alta de 5,2%.

2.1.4 Agricultura

Produção agrícola brasileira alcançará 251,2 milhões de toneladas, 1,2% menor que 2020

A produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá chegar a 251,2 milhões de toneladas em 2021, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado em outubro desse ano pelo IBGE. Segundo a revisão da estimativa feita pelo IBGE, a colheita será 1,2% menor que em 2020 devido ao impacto acentuado da crise hídrica. Em relação à área colhida, estima-se que alcançará 68,5 milhões de hectares e um crescimento de 4,6% frente à área colhida em 2020, aumentando 3 milhões de hectares.

Gráfico 4 - Brasil: Variação percentual da produção estimada em 2021* quando comparada ao ano de 2020



Fonte: LSPA, IBGE

Em relação ao comparativo com 2020, conforme os produtos selecionados no **Gráfico 4** a maior queda de produção se dá no milho segunda safra com -20,6%. Já a revisão da estimativa para sua produção foi para 60,9 milhões. Enquanto que o milho da primeira safra teve sua projeção revisada para 25,9 milhões de toneladas, representando um recuo de -2,8%.

O primeiro semestre de 2021 apresentou severa aridez no clima, segundo os dados do IBGE, levando muitos reservatórios de usinas hidrelétricas e demais bacias hidrográficas a apresentarem níveis abaixo do normal. Isso levou à queda drástica da produção da segunda safra do milho (plantada nesse período) e queda do rendimento médio da lavoura.

Ainda em relação à produção, a soja apresentou alta de 10,3%, sendo esse o maior aumento em relação a igual período do ano anterior. Com essa elevação, a produção alcançou 134,1 milhões de toneladas. Ressalta-se, segundo levantamento da LSPA, que as chuvas tardias, na fase de plantio, não atrapalharam o desenvolvimento da produção que nesse ano bateu o recorde histórico da série. O destaque da produção foi para o Rio Grande do Sul que se recuperou de uma geada ocorrida em 2020 e, por conta da base fraca de comparação, cresceu 80,8% em 2021.

Já o arroz teve alta de 4,5% no interanual, alcançando uma produção de 11,1 milhões de toneladas. Segundo a SECEX/MDIC, de janeiro a setembro de 2021, as exportações de arroz alcançaram 602,7 mil toneladas, totalizando U\$ 263,5 milhões. Ainda em relação à produção, o IBGE ressalta que o plantio de 100% das áreas de arroz deve ocorrer até dezembro, e então será possível reavaliar com maior precisão a produtividade e as condições da lavoura do arroz em casca.

Tabela 4 - Brasil: Estimativa anual da produção (toneladas) dos principais produtos das lavouras em agosto de 2021, contendo as variações mensais (setembro/2021) e anuais (outubro/2021)

Lavoura	Estimativas			Taxa Anual Cresc. b/a (%)
	2020 (a)	Setembro/2021	Outubro/2021 (b)	
Cereais, leguminosas e oleaginosas	254.084.470	250.944.044	251.180.151	-1,1
Algodão herbáceo	7.089.939	5.851.987	5.849.185	-17,5
Arroz	11.046.184	11.530.538	11.546.026	4,5
Milho (1ª Safra)	26.592.956	25.742.405	25.852.967	-2,8
Milho (2ª Safra)	76.642.108	60.527.347	60.892.023	-20,6
Soja	121.522.363	134.036.384	134.086.406	10,3
Sorgo	2.748.747	2.363.359	2.362.747	-14,0
Cana-de-açúcar	677.916.429	628.499.877	626.317.212	-8
Mandioca	18.955.430	18.616.863	18.576.834	-2

Fonte: LSPA, IBGE

Em relação ao clima, segundo dados da CONAB, ocorreu a recuperação e manutenção da umidade do solo no mês de outubro, em face do volume de chuvas favoráveis aos cultivos no inverno e verão. A capacidade de armazenamento hídrico no solo foi observada em todas as regiões, com exceção dos estados que compõem o MATOPIBA.

Já a pecuária apresentou alta em todos os setores, ao comparar os resultados do Valor Bruto de Produção (VBP) de 2021 ao igual período de 2020. Em relação ao faturamento, o destaque foi para a produção de frangos que cresceu 44,2%, alcançando valor bruto de R\$ 101,3 bilhões em sua produção de 2021. O segundo melhor resultado foi obtido pelo rebanho bovino que apresentou valor bruto de R\$ 148,8 bilhões em sua produção.

Tabela 5 - Brasil: Valor Bruto da Produção Agropecuária (R\$), a preços constantes, por produto e variação percentual, em 2020 e 2021

Culturas	2020	2021	V. Anual (%)
Total Lavouras	512.924.874.673	722.348.575.207	40,8
Bovinos	111.058.727.376	148.880.139.043	34,1
Suínos	24.505.594.898	29.329.539.036	19,7
Frango	70.300.061.450	101.396.183.369	44,2
Leite	38.458.690.886	48.466.806.605	26,0
Total Pecuária	258.713.220.441	345.020.083.462	33,4
Lavoura + Pecuária	771.638.095.115	1.067.368.658.669	38,3

Fonte: MAPA. Obs. Valores deflacionados pelo IGP.DI da FGV de outubro de 2021.

2.1.5 Indústria

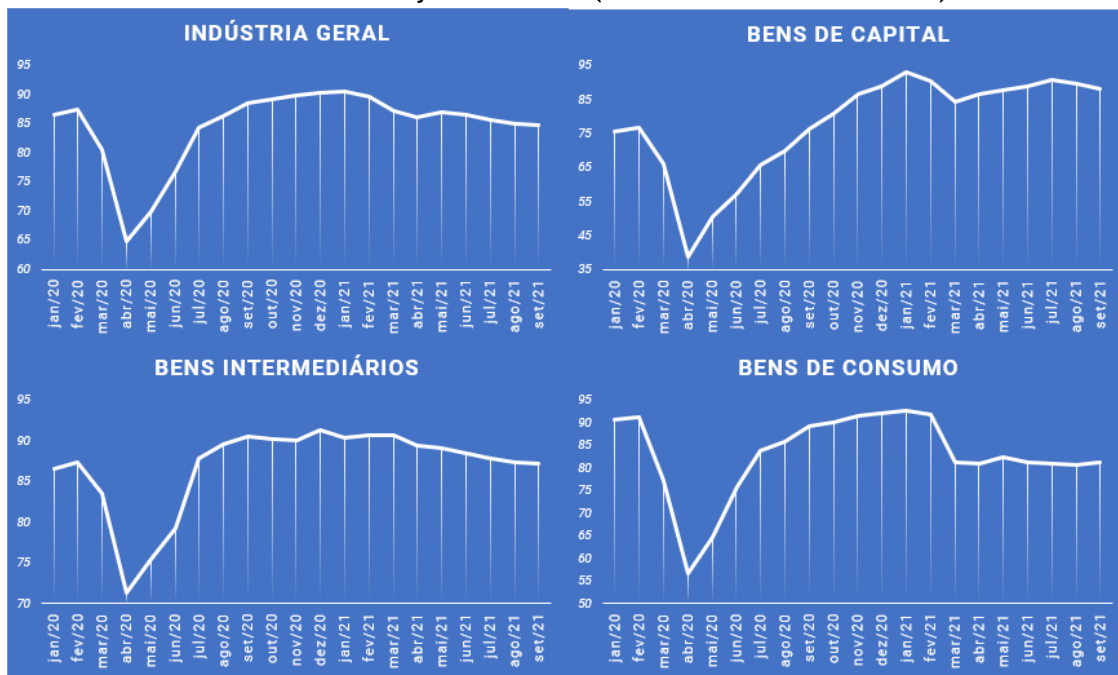
Produção industrial brasileira recua 0,4% em setembro e fecha terceiro trimestre em queda de 1,1%

A produção industrial apresentou recuo em sete dos nove meses de 2021. As únicas exceções foram os meses de janeiro (0,2%) e maio (1,2%). Com a queda recente de 0,4% em setembro, há uma sequência de quatro taxas negativas, de -0,5% em junho, -1,2% em julho e -

0,7% em agosto. Assim, a indústria se encontra 3,2% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, no cenário pré-pandemia (**Gráfico 5**).

Já na comparação interanual, após registrar alta desde o quarto trimestre de 2020, no terceiro trimestre de 2021, a produção apresentou retração de 1,1%. Esse movimento é explicado pelo resultado do segmento de bens de consumo duráveis, que passou de um crescimento, dada a base depreciada, para uma queda de 16,9% no trimestre de referência.

Gráfico 5 - Brasil: Produção industrial por categoria de uso – janeiro de 2020 a setembro de 2021 – Índice de base fixa com ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100)

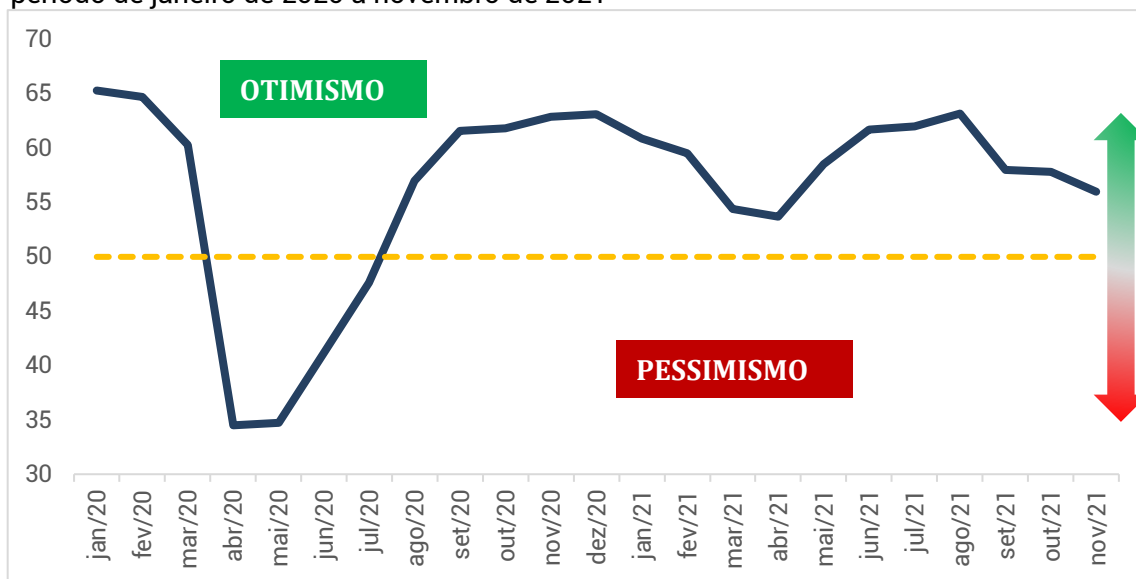


Fonte: PIM-PF/IBGE

Das quatro grandes categorias, três estão abaixo do patamar pré-pandemia. O nível de produção de bens duráveis está 21,8% abaixo de fevereiro de 2020. Também está no campo negativo o patamar de bens semi e não duráveis (-6%). A categoria industrial reflete o recuo no consumo das famílias, impactadas pela renda disponível menor, inflação elevada, e alta taxa de desocupação. No caso de bens intermediários, a produção de setembro de 2021 está 0,1% abaixo de fevereiro de 2020.

O nível de produção de bens de capital, por sua vez, é o único acima do patamar pré-pandemia, apresenta crescimento de 5% no comparativo. A trajetória dos bens de investimento apresenta forte correlação com a expectativa do empresariado industrial. Destaca-se que, apesar de permanecer acima da linha divisória de 50 pontos, indicando que os empresários seguem confiantes, a expectativa caiu 1,8 ponto em novembro de 2021, de 57,8 pontos para 56 pontos. Com a queda, o índice acumula recuo de 7,2 pontos nos últimos três meses.

Gráfico 6 - Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial, resultados mensais do período de janeiro de 2020 a novembro de 2021



Fonte: CNI

De modo geral, a Indústria ainda sente os efeitos da pandemia, com desorganização de cadeias produtivas. Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria aponta que micros e pequenas indústrias consideram a falta ou o alto custo de matéria-prima como o principal problema que enfrentaram no último ano. O cenário não apresenta sinalizações de mudanças em curto prazo, diante da continuidade da alta na tarifa de energia, do encarecimento do crédito, dos custos de insumos e da manutenção de gargalos produtivos. Pesa-se, ainda, um mercado de trabalho com alta taxa de desocupação e inflação limitando o consumo das famílias. Por outro lado, o câmbio depreciado vem sendo favorável às exportações da Indústria Extrativa, que apresentou aumento de 72% no terceiro trimestre do ano e avanço de 1,1% na sua produção em 2021.

2.1.6 Serviços

Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)² – IBGE, o volume de serviços prestados no país recuou 0,6% em setembro, interrompendo uma sequência de cinco altas iniciada em abril deste ano. Ainda assim, o volume de serviços ficou acima do patamar pré-pandemia em 3,7%. Em relação ao mesmo mês no ano anterior, foi constatada uma alta de 11,4%, enquanto que no acumulado no ano o setor cresce a 11,4%. No trimestre, os Serviços tiveram um aumento de 3,0% em comparação com os três meses anteriores.

Concernente às atividades, "Serviços prestados às famílias" foi a que apresentou a maior alta interanual (32,2%), explicada pela reabertura da economia diante do avanço da imunização no país³. "Outros serviços" é o único que apresentou retração, de 1,5%, explicado pela elevada base de comparação. No acumulado no ano "Serviços prestados à família" e "Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio" tiveram os maiores crescimentos, de 16,4% e 15,9%

² A Pesquisa Mensal de Serviços produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no país, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

³ Em 19 de novembro, o Brasil contabilizou 157.646.149 vacinados com a primeira dose (73,82% da população); 128.251.431 (60,12% da população) com o esquema vacinal completo (segunda dose e dose única); e 13.612.511 com a dose de reforço (6,38% da população).

respectivamente, tendo como causa a diminuição do isolamento social e o retorno às atividades presenciais.

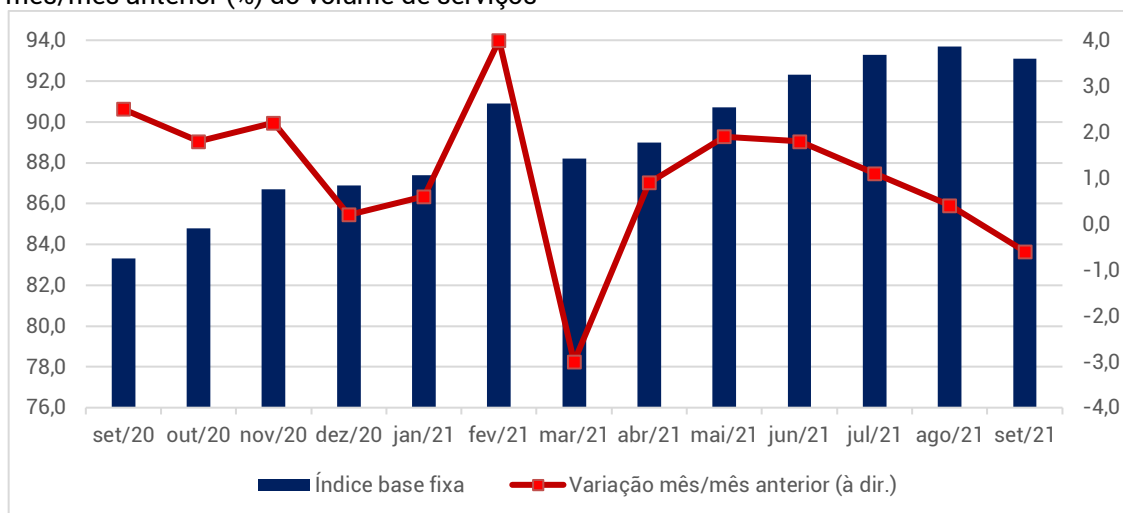
Tabela 6 - Brasil: Variação (%) mensal e interanual do volume de serviços por atividades em junho e no acumulado no ano (Base fixa 2014 = 100)

ATIVIDADES	Mensal	Interanual	Acumulado no ano
	Set.	Set.	Jan. - set.
TOTAL	-0,6	11,4	11,4
Serviços prestados às famílias	1,3	32,2	16,4
Serviços de alojamento e alimentação	1,7	37,2	18,9
Outros serviços prestados às famílias	0,0	9,3	4,5
Serviços de informação e comunicação	-0,9	10,1	9,5
Serviços de tecnologia de informação e comunicação (TIC)	-1,2	9,4	9,4
Telecomunicações	-1,4	-0,4	0,5
Serviços de tecnologia da informação	-0,5	25,0	24,5
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	0,8	15,8	10,6
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-1,1	9,6	7,8
Serviços técnico-profissionais	1,7	16,1	14,5
Serviços administrativos e complementares	-1,6	7,0	5,2
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-1,9	13,7	15,9
Transporte terrestre	-1,0	10,9	15,5
Transporte aquaviário	-1,7	11,7	13,4
Transporte aéreo	-9,0	39,6	36,4
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	0,6	13,7	13,6
Outros serviços	-4,7	-1,5	8,6

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços

Ressalta-se que “Serviços prestados às famílias” e “Serviços profissionais, administrativos e complementares” permaneceram abaixo do patamar pré-pandemia em respectivos 1,6% e 16,2%, embora “Serviços prestados às famílias” venha se recuperando ao longo dos meses. Das que se mantêm acima do nível de fevereiro de 2020, destaca-se “Serviços de informação e comunicação”, atividade cujo crescimento avançou consideravelmente na pandemia a ponto atingir em agosto deste ano o maior nível da série histórica iniciada em 2011.

Gráfico 7 - Brasil: Evolução mensal do índice base fixa (2014=100) (número-índice) e variação mês/mês anterior (%) do volume de serviços



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços

Das cinco altas que antecederam o recuo do volume de serviços em setembro, quatro ocorreram com desaceleração, o que pode indicar que o setor vinha perdendo o ritmo de crescimento ao longo dos meses. Entretanto, deve-se considerar que, de abril a agosto, o setor cresceu 6,2%, resultado expressivo, e que pode ter ocasionado a retração em setembro devido à elevada base de comparação.

Nos próximos meses, os serviços podem encontrar dificuldades na inflação que em setembro atingiu 10,67% no acumulado em 12 meses. A inflação dos serviços chegou a 4,4% no mês, segundo o Banco Central do Brasil, a quarta alta consecutiva, mostrando que, embora com preços mais rígidos, há um reajuste perante o aumento nos custos, como o de energia elétrica e dos combustíveis.

2.1.7 Comércio

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) – IBGE⁴, o volume de vendas do varejo restrito recuou 1,3% em setembro frente a agosto (**Tabela 7**), o pior resultado para o mês em toda a série histórica iniciada em 2000. Com isso, o volume de vendas ficou abaixo do patamar pré-pandemia em 0,4%. Comparado a setembro de 2020, o volume de vendas caiu 5,5%, enquanto que, no acumulado do ano, o crescimento é de 3,8%. No trimestre, o volume de vendas apresentou queda de 0,4% em comparação com os três meses anteriores.

Referente ao mesmo mês do ano anterior, somente a atividade “Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos” mostrou alta, de 4,3%, enquanto que “Móveis e eletrodomésticos” teve a maior queda, de 22,6%, explicado pelo forte desempenho do mês de referência. No acumulado no ano, “Tecidos, vestuário e calçados” detém o maior aumento, de 24,0%, causado pelo retorno das atividades presenciais diante do avanço da imunização⁵.

⁴ A Pesquisa Mensal de Comércio produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, cuja atividade principal é o comércio varejista.

⁵ Em 19 de novembro, o Brasil contabilizou 157.646.149 vacinados com a primeira dose (73,82% da população); 128.251.431 (60,12% da população) com o esquema vacinal completo (2ª dose e dose única); e 13.612.511 com a dose de reforço (6,38% da população).

Tabela 7 - Brasil: Variação (%) mensal e interanual do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado por atividades em junho e no acumulado no ano (Base fixa 2014 = 100)

ATIVIDADES	Mensal	Interanual	Acumulado no ano
	Set.	Set.	Jan. – set.
COMÉRCIO VAREJISTA RESTRITO	-1,3	-5,5	3,8
Combustíveis e lubrificantes	-2,6	-4,0	2,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-1,5	-3,7	-3,0
Tecidos, vestuário e calçados	-1,1	-0,1	24,0
Móveis e eletrodomésticos	-3,5	-22,6	-0,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	0,1	4,3	12,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,0	-3,4	-19,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-3,6	-14,8	0,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-2,2	-6,9	22,1
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	-1,1	-4,2	8,0
Veículos e motos, partes e peças	-1,7	2,9	21,6
Material de construção	-1,1	-10,3	9,7

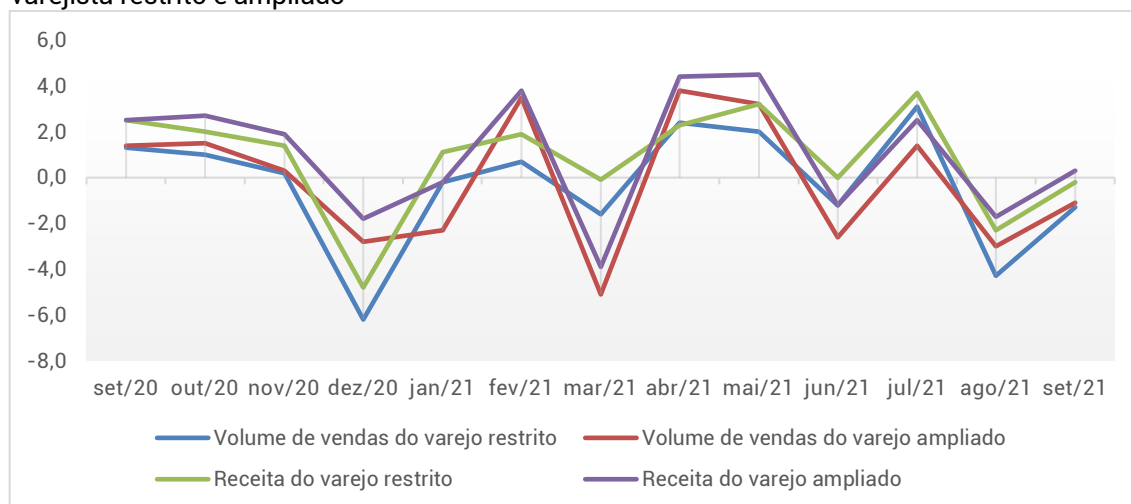
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio

O volume de vendas do comércio varejista ampliado também recuou na passagem de agosto para setembro, variando negativamente 1,1% (**Tabela 7**). Com o resultado, o volume de vendas se manteve abaixo do nível pré-pandemia em 1,7%. Em relação ao mesmo mês no ano antecedente, o volume de vendas caiu 4,2%, ao mesmo tempo em que no acumulado do ano o setor cresce a 8,0%. Em relação ao trimestre, houve queda de 1,7% comparado aos três meses anteriores.

Na comparação interanual mensal, somente “Material de construção” teve queda, de 10,3%, explicada pelo forte desempenho do mês de referência. No acumulado do ano, ambas as atividades tiveram taxa positiva, sendo a maior de “Veículos e motos, partes e peças” em 21,6%. De janeiro a setembro deste ano, houve um aumento de 3,5% na importação de partes e acessórios dos veículos automotivos⁶, o que pode explicar o crescimento da atividade mesmo com a escassez de veículos, tendo em vista a demanda reprimida no segmento.

⁶ Para mais informações, leia a seção “Balança comercial” em “Abrangência Nacional”.

Gráfico 8 - Brasil: Evolução da variação mês/mês anterior (%) do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio

O desempenho do varejo em setembro refletiu a pressão inflacionária sob o setor. Um dos principais indicativos é a receita das vendas que, no conceito restrito, se manteve estável (-0,1%) diante da queda no volume de vendas em 1,3% (**Gráfico 8**), algo que também ocorreu no conceito ampliado, quando a receita teve alta de 0,3% na contrapartida das vendas que caíram 1,1%.

Por fim, fatores como o desemprego, alta do endividamento⁷ e encarecimento do crédito também contribuem para o resultado das vendas no varejo em setembro, uma vez que comprometem o orçamento das famílias. Menciona-se também o menor valor do Auxílio Emergencial. Essas condições, combinadas à alta da inflação, podem interferir consideravelmente no desempenho do comércio nos próximos meses.

2.2 Balanço de Pagamentos e Comércio Exterior

2.2.1 Balanço de Pagamentos

No acumulado do ano até setembro, a conta corrente e a conta financeira apresentaram saldos deficitários inferiores aos resultados negativos do mesmo período de 2020

No acumulado de janeiro a setembro de 2021, o saldo das transações correntes do Brasil com o resto do mundo registrou déficit US\$ 8,1 bilhões, o que representa uma redução de US\$ 5,2 bilhões no saldo negativo, comparado ao mesmo período do ano anterior, segundo os dados divulgados pelo Banco Central. Esse resultado derivou, principalmente, do aumento do superávit da "Balança comercial de bens", conforme **Tabela 8**.

⁷ Disponível em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/10/Analise_peic_setembro_2021.pdf>. Acesso em: 23/11/2021.

Tabela 8 - Brasil: Balanço de pagamentos 2020* e 2021* (US\$ bilhões)

Discriminação	Acumulado do ano		Variação absoluta
	2020	2021	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-13,3	-8,1	5,2
Balança Comercial (Bens e Serviços)	13,2	22,5	9,4
Balança Comercial - Bens	28,9	34,7	5,8
Balança Comercial - Serviços	-15,8	-12,2	3,6
Renda Primária	-28,3	-33,1	-4,8
Renda Secundária	1,9	2,5	0,7
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-10,6	-9,7	0,9
Conta Capital	0,3	0,2	-0,1
Conta Financeira**	-10,9	-9,8	1,1
Investimento Direto (IDE-IDP)	-43,5	-21,9	21,6
Investimento Direto no Exterior	-8,6	18,8	27,4
Investimento Direto no País	35,0	40,7	5,8
Investimento em Carteira	33,5	-2,5	-35,9
Outros Investimentos	4,8	-3,7	-8,5
TRANSAÇÕES CORRENTES (% PIB)	0,9%	0,7%	-0,2
RESERVAS INTERNACIONAIS	356,6	368,9	12,3

Fonte: Banco Central do Brasil; Elaboração IMESC. *Acumulado do ano até setembro.

** Considera também os resultados dos derivativos e dos ativos de reserva.

A conta financeira, por sua vez, registrou saldo deficitário de US\$ 9,8 bilhões e redução de US\$ 1,1 bilhão. Esse desempenho está relacionado com as alterações que ocorreram nas seguintes rubricas:

- Com aumento de US\$ 5,8 bilhões, os "Investimentos Diretos no País" (IDP) somaram US\$ 40,7 bilhões. Aliado a redução do déficit das transações correntes, o IDP foi mais que suficiente para financiar a mesma.
- Os "Investimentos Diretos no Exterior" (IDE) registraram uma variação de US\$ 27,4 bilhões, totalizando US\$ 18,8 bilhões.
- Os "Investimentos Estrangeiros em Carteira" apresentaram entrada líquida de US\$ 3,7 bilhões, contra saída líquida de US\$ 33,5 bilhões nos primeiros sete meses de 2020.

De acordo o Relatório Focus⁸, a expectativa é que as transações correntes encerrem o ano com déficit de US\$ 10 bilhões e que o investimento direto no país alcance um total de US\$ 50 bilhões.

2.2.2 Balança Comercial

Brasil registrou recorde no valor e na quantidade exportada, considerando acumulado do ano até outubro, foi o maior resultado de toda série histórica segundo o Ministério da Economia

Nos meses de janeiro a outubro de 2021, as exportações totalizaram US\$ 235,8 bilhões, apresentando aumento de US\$ 62,4 bilhões, em comparação com o mesmo período do ano passado. Os principais produtos vendidos para o exterior foram: minério de ferro (US\$ 39,7 bi), soja (US\$ 36,0 bi) e óleos brutos de petróleo (US\$ 25,3 bi). Vale ressaltar que esses três produtos representam 42,8% do valor total exportado no presente ano.

⁸ Divulgado pelo Banco Central em 05 de novembro de 2021.

Considerando esse mesmo período, as importações somaram US\$ 177,3 bilhões, exibindo crescimento de US\$ 49,1 bilhões. Os dois produtos de destaque nas importações foram: adubos ou fertilizantes químicos (US\$ 11,3 bi) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (US\$ 10,7 bi). A pauta das importações é bastante diversificada, os dez itens com os maiores valores representam 35,2% do total importado pelo Brasil.

No acumulado do ano até outubro, a balança comercial brasileira apresentou um saldo de US\$ 58,5 bilhões. Esse resultado foi 29,4% superior ao saldo do mesmo período do ano passado. As previsões do Ministério da Economia e do Relatório Focus estão alinhadas, ambos estão esperando que a balança comercial finalize o ano com um saldo de US\$ 70 bilhões⁹.

Tabela 9 - Brasil: Principais produtos da balança comercial brasileira em 2021*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas, participação (%) e variação absoluta interanual

Produto	Valor (US\$)	Quant.	Part. (%)	Variação absoluta	
				Valor	Quant.
Total exportado	235.800	589.375	100,0%	62.417	5.742
1º Minério de ferro e seus concentrados	39.705	297.436	16,8%	19.537	18.624
2º Soja	35.956	80.809	15,2%	8.024	-455
3º Óleos brutos de petróleo ou de minerais bet.	25.344	58.284	10,7%	8.778	-1.170
4º Açúcares e melaços	7.512	22.702	3,2%	474	-2.190
5º Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	6.955	1.352	2,9%	889	-62
6º Farelos de soja e outros alimentos para animais	6.614	14.741	2,8%	1.296	-293
7º Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais bet.	6.037	12.068	2,6%	2.031	-203
8º Carnes de aves e suas miudezas	5.747	3.561	2,4%	1.117	295
9º Celulose	5.442	13.189	2,3%	407	-272
10º Formas primárias de ferro ou aço	5.165	6.379	2,2%	2.405	-427
Total importado	177.302	148.008	100,0%	49.120	30.583
1º Adubos ou fertilizantes químicos	11.324	33.790	6,4%	4.818	6.058
2º Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betumin.	10.744	18.443	6,1%	4.501	3.817
3º Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veter.	6.406	43	3,6%	2.642	6
4º Válvulas e tubos termiônicas, diodos e transistores	6.280	476	3,5%	1.806	232
5º Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e ac.	6.274	145	3,5%	705	6
6º Partes e acessórios dos veículos automotivos	6.177	711	3,5%	2.227	253
7º Compostos organo-inorgânicos	5.261	519	3,0%	831	24
8º Outros medicamentos, incluindo veterinários	3.344	33	1,9%	452	7
9º Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	3.327	6.898	1,9%	1.048	1.341
10º Motores e máquinas não elétricos, e suas partes **	3.281	1	1,9%	445	1

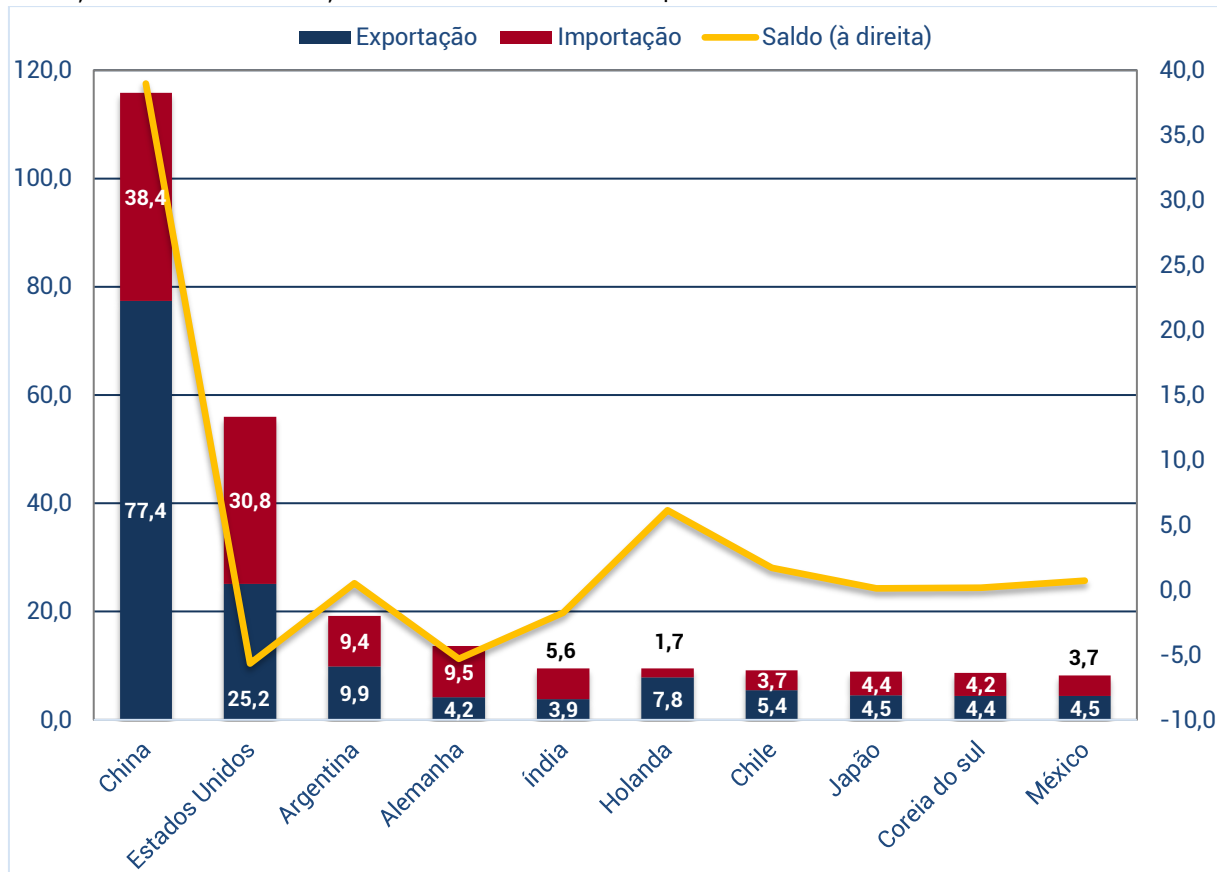
Fonte: Ministério da Economia; Elaboração IMESC. *Acumulado de janeiro a outubro. **Exceto motores de pistão e geradores.

De acordo com resultado da corrente comercial dos meses de janeiro a outubro de 2021, os principais parceiros comerciais brasileiros foram os seguintes: China (28,0%), Estados Unidos (13,6%) e Argentina (4,7%). Na comparação interanual, esses países apresentaram os maiores crescimentos na corrente comercial US\$ 29,3 bi, US\$ 15,7 bi e US\$ 6,0 bi, respectivamente, que derivou tanto das exportações como das importações. A Alemanha (3,3%) e a Holanda (2,3%) ficaram na quarta e sexta posição entre os maiores parceiros comerciais do Brasil, esses países

⁹ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-11/superavit-da-balanca-comercial-e-o-mais-baixo-para-outubro-desde-2015>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

fazem parte da União Europeia, sendo que a participação total desse bloco na corrente comercial brasileira foi de 15,1%, exibindo crescimento de US\$ 14,3 bilhões.

Gráfico 9 - Brasil: Principais parceiros comerciais do Brasil em 2021*; exportações; importações; saldo; corrente comercial; valores em bilhões de US\$



Fonte: Ministério da Economia; Elaboração IMESC. *Acumulado do ano até outubro.

2.3 Finanças Públicas

Resultado primário do Governo Central teve redução de 88,9% do déficit em 2021

O resultado primário do Governo Central, no acumulado de janeiro a setembro de 2021, apresentou *déficit* de R\$ 754,2 bi contra *déficit* de 83,5 bi no mesmo período do ano anterior, um recuo de 88,9% (**Tabela 10**). A receita líquida mostrou crescimento de 26,0%, saindo de R\$ 918,4 bi em 2020 para R\$ 1,157 tri em 2021. A despesa total atingiu R\$ 1,240 tri em 2021 diante de R\$ 1,673 tri em 2020, uma redução de 25,8%.

Tabela 10 - Brasil: Resultado Primário do Governo Central (R\$ milhões – valores de setembro/2021 – IPCA) e variação interanual (% e absoluta) por discriminação no acumulado no ano de janeiro a setembro de 2021

Discriminação	Janeiro – setembro			
	2020	2021	Variação (%)	Variação (absoluta)
1. Receita Total (1)	1.126.571,4	1.418.187,6	25,9%	291.616,2
1.1. Receita administrada pela RFB	696.852,8	896.006,9	28,6%	199.154,1
1.2. Incentivos fiscais	-153,6	-88,5	-42,4%	65,1
1.3. Arrecadação líquida para o RGPS	296.282,8	331.142,2	11,8%	34.859,5
1.4. Receitas não administradas pela RFB	133.589,4	191.127,0	43,1%	57.537,6
2. Transferência Por Repartição De Receita (2)	208.130,4	261.081,4	25,4%	52.951,0
2.1. FPM / FPE / IPI-EE	160.373,9	204.125,9	27,3%	43.752,0
2.2. Fundos Constitucionais	7.707,2	4.792,0	-37,8%	-2.915,3
2.3. Transferência de Contribuição do Salário Educação	10.636,8	10.855,4	2,1%	218,6
2.4. Transferências de Exploração de Recursos Naturais	28.393,1	40.516,8	42,7%	12.123,7
2.5. CIDE – Combustíveis	571,4	285,5	-50,0%	-285,9
2.6. Demais	448,0	505,9	12,9%	57,9
3. Receita Líquida (1-2)	918.441,0	1.157.106,2	26,0%	238.665,2
4. Despesa Total (2)	1.672.652,0	1.240.574,5	-25,8%	-432.077,5
4.1. Benefícios Previdenciários	566.770,6	564.081,7	-0,5%	-2.688,9
4.2. Pessoal e Encargos Sociais	259.686,7	249.445,3	-3,9%	-10.241,4
4.3. Outras Despesas Obrigatórias	663.423,0	248.514,0	-62,5%	-414.909,0
4.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	182.771,6	178.533,4	-2,3%	-4.238,2
5. Resultado Primário Governo Central (3-4)	-754.211,0	-83.468,2	-88,9%	670.742,7

Fonte: Tesouro Nacional

Dentre as rubricas da discriminação "Receita total", destacam-se "Dividendos e Participações" (+ R\$ 16.859,3 milhões / + 302,2%): aumento explicado principalmente pelo recebimento de dividendos do BNDES (+ R\$ 5,1 bilhões), sem contrapartida em 2020. Ainda, houve aumento real nos dividendos pagos pela Petrobras (R\$ 8,4 bilhões) e pela Caixa Econômica Federal (R\$ 1,8 bilhão) quando comparados 2020 e 2021.

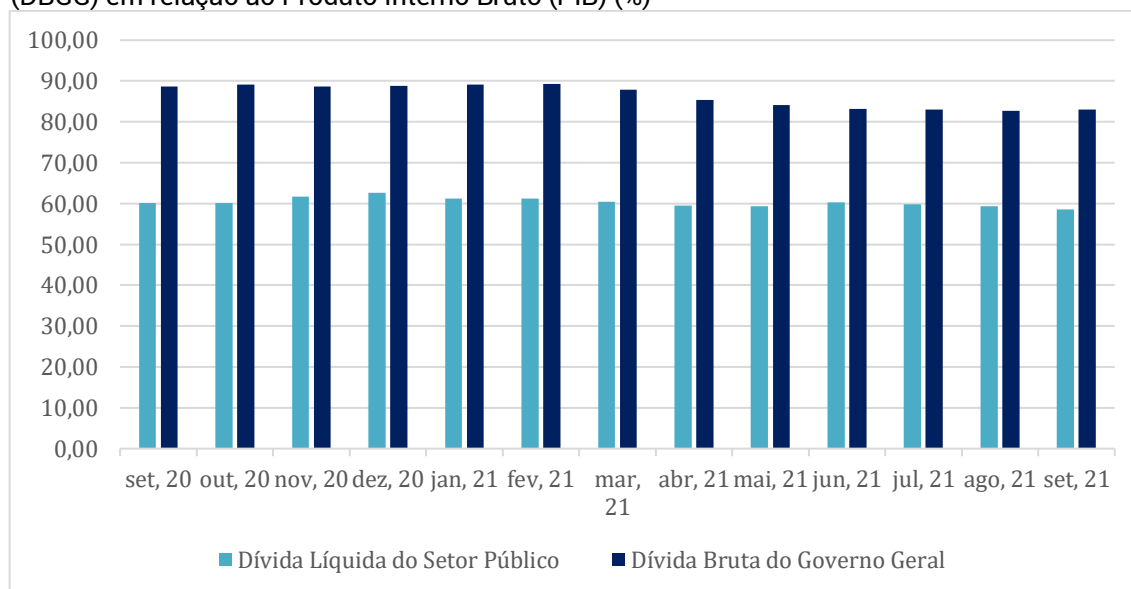
Dentre as rubricas da discriminação "Transferência por repartição de receita", destacam-se "Transferências de Exploração de Recursos Naturais" (+ R\$ 12.123,7 milhões / + 42,7%). Por fim, dentre as rubricas da discriminação "Despesa total", destaca-se "Apoio fin. municípios/estados" (- R\$ 82.724,9 milhões): em 2020 foi realizado pagamento de Auxílio Emergencial aos estados, municípios e DF, inserido no rol de medidas para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de calamidade pública causado pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), sem contrapartida em 2021.

Dívida Líquida do Setor Público reduz pelo terceiro mês consecutivo

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$ 4,9 trilhões (58,5% do PIB) (Gráfico 10) em setembro, redução de 0,8 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu, em especial, os impactos da desvalorização cambial de 5,76% no mês (redução de 0,9 p.p.), do crescimento do PIB nominal (redução de 0,6 p.p.), do superávit primário (redução de 0,2 p.p.) e dos juros nominais apropriados

(aumento de 0,7 p.p.). No ano, a relação DLSP/PIB reduziu-se 4,2 p.p., evolução decorrente, sobretudo, dos efeitos do crescimento do PIB nominal (redução de 6,9 p.p.), da desvalorização cambial acumulada de 4,67% (redução de 0,8 p.p.), dos juros nominais apropriados (aumento de 3,5 p.p.) e da variação da paridade da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida (aumento de 0,3 p.p.).

Gráfico 10 - Brasil: Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (%)



Fonte: Banco Central do Brasil

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu R\$ 6,9 trilhões em setembro, equivalente a 83,0% do PIB (**Gráfico 10**), aumento de 0,3 p.p. do PIB em relação a agosto. Essa evolução decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 0,5 p.p.), do efeito da desvalorização cambial no mês (aumento de 0,3 p.p.), das emissões líquidas de dívida (aumento de 0,2 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (redução de 0,8 p.p.). No acumulado do ano, a redução de 5,9 p.p. na relação DBGG/PIB decorreu do crescimento do PIB nominal (redução de 9,7 p.p.), dos resgates líquidos de dívida (redução de 0,4 p.p.), da incorporação de juros nominais (aumento de 4,0 p.p.) e da desvalorização cambial (aumento de 0,3 p.p.).

2.4 Mercado de Trabalho

Desemprego cai para 12,6% no terceiro trimestre de 2021

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, a taxa de desocupação nacional foi de 12,6% no terceiro trimestre de 2021, refletindo uma queda de 1,6 ponto percentual frente ao trimestre anterior (14,2%). Trata-se do melhor resultado trimestral registrado na série desde o início da pandemia. O contingente de desempregados, por sua vez, diminuiu 9,3% (menos 1,4 milhão de pessoas) frente ao trimestre terminado em junho (14,8 milhões de pessoas) e caiu 7,8% (recuo de 1,1 milhão de pessoas) no comparativo interanual.

Tabela 11 - Brasil: Indicadores de mercado de trabalho em milhões de pessoas acima de 14 anos

Indicadores	3º tri/2020	2º tri/2021	3º tri/2021	Var. tri. anterior (%)	Var. interanual (%)
Força de Trabalho	98	104,2	106,4	2,11%	8,57%
Ocupados	83,4	89,4	92,9	3,91%	11,39%
Formais	51,7	53,6	55,3	1,47%	6,96%
Informais	31,7	35,7	37,7	1,34%	18,93%
Desocupados	14,6	14,8	13,5	-9,30%	-7,84%
Nível de Ocupação	49,0%	52,1%	54,1%	1,97 p.p.	5,09 p.p.
Taxa de Desocupação	14,9%	14,2%	12,6%	-1,60 p.p.	-2,25 p.p.
Desalentados	5,8	5,5	5,1	-7,27%	-12,07%
Rendimento médio real (R\$ mil)	2,77	2,56	2,45	-4,30%	-11,55%
Massa de rendimento real (R\$ bilhões)	225,2	223,7	223,5	-0,09%	-0,75%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE

O total de pessoas ocupadas foi estimado em 92,9 milhões, o que representa um aumento de 3,9% em relação ao segundo trimestre, equivalente à inserção de 3,6 milhões de pessoas. Com isso, o nível de ocupação chegou a 54,1%, o maior patamar desde o primeiro semestre de 2020.

Influenciada, sobretudo, pelo avanço da vacinação, a qual permitiu a reabertura dos Serviços, a alta da ocupação está atrelada ao avanço da informalidade, respondendo por 54,2% do crescimento da ocupação no país. Com isso, a taxa de informalidade subiu para 40,6% da população ocupada no terceiro trimestre, reunindo 37,7 milhões de trabalhadores informais. No trimestre anterior, a taxa havia sido 40% e, no mesmo trimestre de 2020, 38%. Entre as categorias de emprego que mais cresceram frente ao trimestre anterior, estão os empregados do setor privado sem carteira assinada (11,7 milhões de pessoas), com alta de 10,2% (1,1 milhão de trabalhadores). Também houve aumento no contingente de trabalhadores por conta própria (3,3%, ou 817 mil pessoas no comparativo trimestral).

Ademais, a população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas, ou seja, que trabalhou menos de 40 horas semanais, totalizou 7,8 milhões de pessoas, contra 7,7 milhões no trimestre anterior e 6,3 milhões no terceiro trimestre de 2020. Diante do quadro descrito, apesar da queda da desocupação, o rendimento dos brasileiros caiu pelo quarto trimestre seguido, afetado pela geração de vagas precarizadas. A renda média de R\$ 2,45 mil foi a menor desde o final de 2012.

Brasil abre 2.645.974 vagas formais de trabalho no acumulado do ano até outubro

De acordo com o Novo Caged, pelo décimo mês consecutivo neste ano, o Brasil gerou empregos com carteira assinada. Foram geradas 253.083 vagas formais em outubro de 2021, resultado da diferença entre 1.760.739 admissões e 1.507.656 desligamentos. Apesar da abertura, o resultado foi inferior ao apontado no mesmo período do ano passado, quando foram criados 366.295 empregos com carteira assinada.

O estoque de empregos, que se refere à quantidade total de vínculos celetistas ativos até outubro de 2021, contabilizou 41.205.069 vínculos, decorrente da incorporação de 2.645.974 empregos no acumulado do ano. A abertura de vagas no ano aconteceu nos cinco setores, os quais se encontram distribuídos da seguinte forma: Serviços (+1,14 milhão de vínculos); Indústria Geral (+556 mil vínculos); Comércio (+482,3 mil vínculos); Construção (+284,5 mil vínculos) e Agropecuária (+177,6 mil vínculos).

Tabela 12 - Brasil: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas – saldo mensal* e acumulado do ano**

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Out./2021	Acumulado/2021
Brasil – Total	253.083	2.645.974
Agropecuária	-5.844	177.592
Indústria Geral	26.697	556.013
Construção	17.236	284.544
Comércio	70.355	482.332
Serviços	144.641	1.145.498
Não identificado	-2	-5

Fonte: Novo CAGED – MTP

*Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo.

** janeiro a outubro de 2021

De acordo com o Ministério da Economia, o comportamento do emprego formal, neste ano, ainda sofre influência do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), iniciado no ano passado e reeditado em 2021. Isso se deve porque os empregadores, para obterem os benefícios do programa, têm de manter o emprego do trabalhador por igual período de tempo da suspensão do contrato, ou redução da jornada. Em outubro, havia 1.913.190 trabalhadores com garantia provisória de emprego. Em dezembro, a previsão é que ainda sejam 1.360.662.

A região Nordeste registrou a terceira maior geração de vagas no acumulado do ano

- Todas as regiões apresentaram saldos positivos de trabalho formal no mês de outubro e no acumulado do ano.
- A região Nordeste registrou o terceiro maior saldo de empregos no acumulado do ano até outubro. Os maiores resultados foram apresentados pelos seguintes estados: Bahia (+118,7 mil vínculos), Ceará (+81,5 mil vínculos), Pernambuco (+72,7 mil vínculos) e Maranhão (+37,5 mil vínculos).
- Em relação ao mês de outubro, Bahia foi o estado nordestino que apresentou o maior saldo positivo de emprego (+15,5 mil vínculos), seguido por Pernambuco (+11,2 mil vínculos), Ceará (+7,6 mil vínculos) e Maranhão (+5,0 mil vínculos).

Tabela 13 - Brasil e Regiões: Geração de emprego formal acumulado do ano*; saldo mensal e variação no estoque de empregos**

Localidade		Acumulado do ano	Mensal	Var. acumulada do estoque de empregos
			Out./2021	
Brasil		2.645.974	253.083	6,86%
Regiões	1º Sudeste	1.302.950	121.409	6,56%
	2º Sul	503.597	52.938	6,92%
	3º Nordeste	426.231	51.455	6,81%
	4º Centro-Oeste	264.705	17.554	8,11%
	5º Norte	144.889	8.734	8,08%

Fonte: Novo CAGED – MTP

*janeiro a outubro de 2021

**A variação acumulada do emprego toma como referência o estoque de dezembro de 2020.

3 ABRANGÊNCIA ESTADUAL

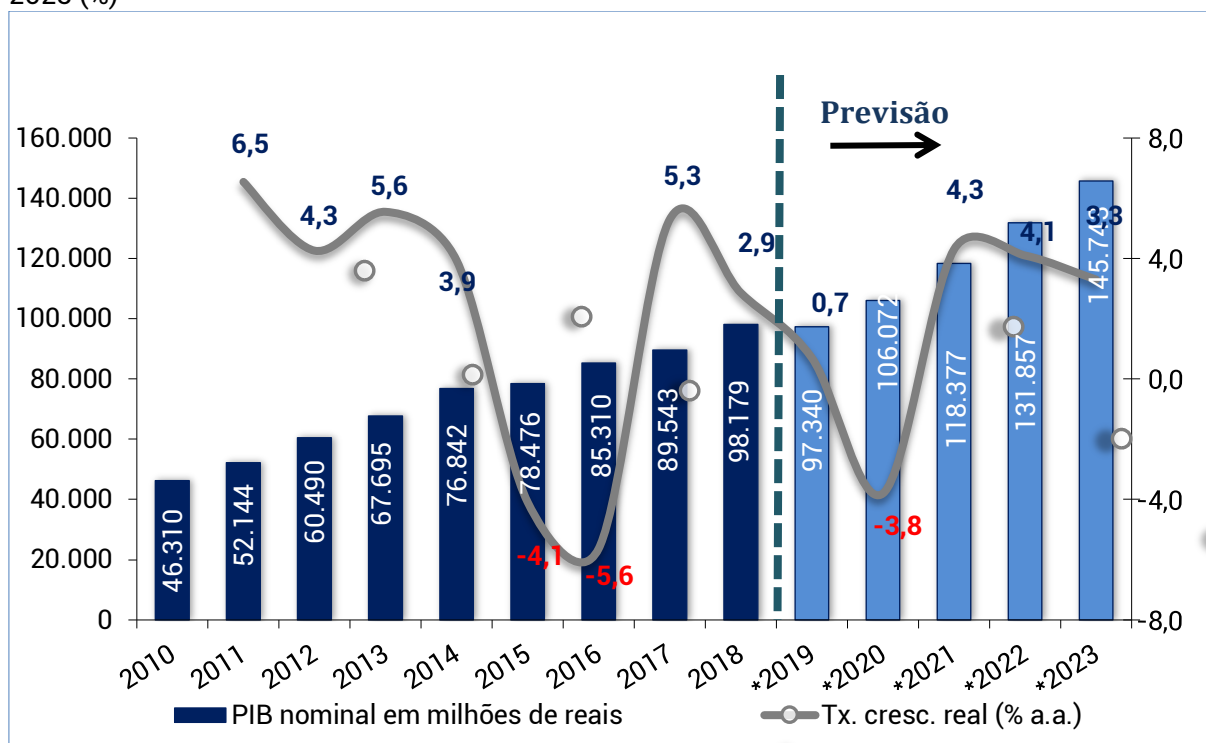
3.1 Indicadores e Nível de Atividades

3.1.1 PIB

Estimativa do PIB maranhense para 2021 é reavaliada para um crescimento de 4,3%, com destaque para a Indústria e a Agropecuária

As estimativas realizadas pelo IMESC apontam para um crescimento de 4,3% no PIB do Maranhão para o ano de 2021 (Gráfico 11) ante estima de 4,1% no trimestre anterior. Com o avanço na vacinação e redução do número de casos ativos e mortes por COVID-19 no estado, o poder público passou a flexibilizar ainda mais as medidas restritivas, que tiveram impactos positivos na economia. Desse modo, ao longo do restante do ano, espera-se que o Maranhão pelo menos mantenha o nível de crescimento econômico estimado.

Gráfico 11 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e taxa de crescimento real do PIB – 2010 a 2023 (%)



Fonte: IBGE; IMESC * Dados estimados em 2019, 2020 e 2021 e projeções 2022 e 2023.

A avaliação do PIB maranhense ocorre trimestralmente, conforme a disponibilidade dos dados disponibilizados pelas fontes oficiais de pesquisa e estatística, como o IBGE, o Ministério da Economia, entre outras. Portanto, até o lançamento do último Boletim de Conjuntura do ano, a estimativa do PIB sofre algumas alterações.

Agropecuária: produção de grãos deverá ser 5,6% maior que no ano anterior e estimativa de crescimento da agropecuária é reavaliada para 4,8%

Neste terceiro trimestre de 2021, estima-se que o Maranhão apresente crescimento de 4,8% no setor primário (**Gráfico 12**), tendo a agricultura como carro chefe desse setor, principalmente na atividade da lavoura temporária, em que a produção de grãos é o maior destaque.

Diferentemente do que está ocorrendo com o restante do Brasil, comparando com o Centro-Sul do país, a agricultura maranhense não sofreu com a estiagem até o momento. Desse modo, a produção de grãos está estimada em 5,7 milhões de toneladas, com destaque para a soja (3,2 milhões de toneladas) e o milho (2,2 milhões de toneladas).

Pela ótica da balança comercial maranhense, no acumulado de janeiro a outubro do ano corrente, o estado exportou cerca de 2,6 milhões de toneladas de soja, crescimento de 15,4% comparado ao mesmo período do ano passado. O destaque também vai para o algodão que, além da estimativa de crescimento para este ano em torno de 0,7%, segundo dados do LSPA, o Maranhão apresentou crescimento de 142,7% nas exportações desse produto entre janeiro e outubro de 2021 contra o mesmo período de 2020.

Indústria: estimativa de crescimento da indústria maranhense é reavaliado positivamente para 2,2% em 2021, ante 1,9% no trimestre anterior

A Indústria maranhense tem apresentado bom desempenho desde o início do ano, principalmente a Indústria Extrativa e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP). Além disso, indicadores do segmento da Construção surpreenderam neste terceiro trimestre. Com isso, reavaliou-se o crescimento do setor secundário para 2,2% (**Gráfico 12**), enquanto no trimestre anterior, a estimativa foi de 1,9%.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADc) apontam que houve crescimento tanto na massa de rendimentos quanto no número de ocupados na Indústria Extrativa maranhense. Considerando-se a atividade de "Extração de minérios de metais preciosos", observou-se um crescimento de 226,6% na massa de rendimentos reais no terceiro trimestre de 2021 em comparação ao mesmo período do ano passado, ao passo que o número de ocupados nessa atividade variou em 162,0%. Complementar a isso, dados da balança comercial maranhense apontaram para um crescimento de 8,1% nas exportações de ouro no acumulado de janeiro a outubro do ano corrente.

Já em relação aos SIUP, o destaque vai para a geração de energia. Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Maranhão teve um crescimento na geração de energia elétrica em torno de 56,9% entre janeiro e setembro de 2021, comparado ao mesmo período de 2020. Soma-se a isso, o crescimento absoluto de 164 vagas no saldo de emprego formal nessa atividade entre janeiro e outubro de 2021 contra o saldo acumulado do mesmo período de 2020.

A Construção começou a ganhar fôlego e já começa a superar as perdas sofridas no ano passado, período mais crítico da pandemia do novo coronavírus. Dados do mercado de trabalho formal apontam para um crescimento de 37,5% no saldo de empregos formais entre janeiro e outubro de 2021 contra o mesmo período do ano anterior.

Serviços: crescimento do setor é reavaliado para 4,7%, ante 4,6% no trimestre anterior

O setor terciário maranhense foi revisado para um crescimento de 4,7%, crescimento de 0,1 ponto percentual em comparação ao trimestre anterior (**Gráfico 12**). As atividades mais importantes são a Administração Pública (APU), Comércio, Atividades Imobiliárias e Transportes. Ambas atividades representam cerca de 57,1% do valor adicionado total do estado.

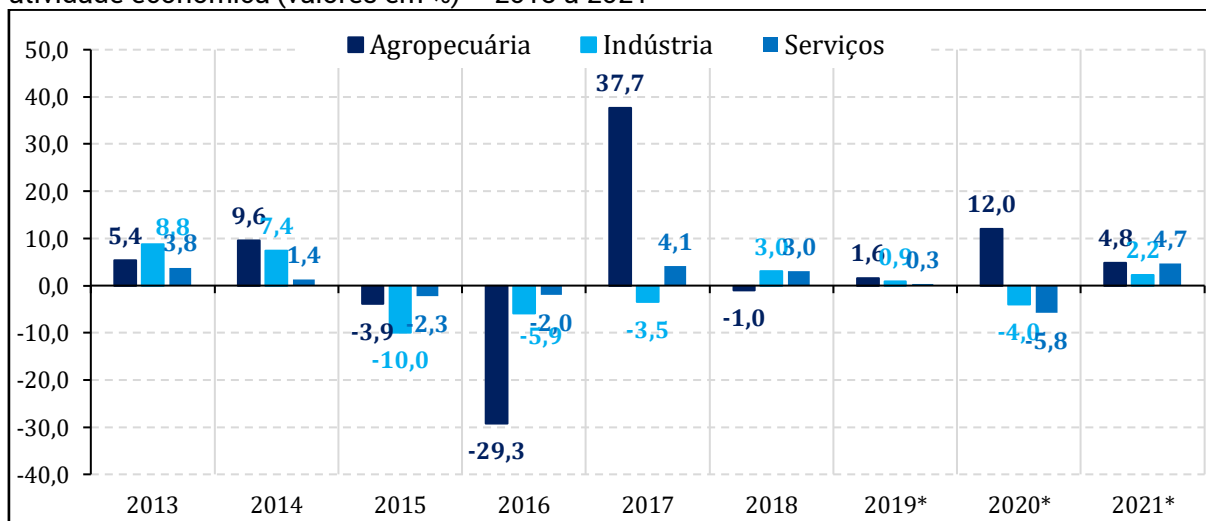
Em relação à APU, dados do emprego formal apontaram para um crescimento no número de vagas, tendo alcançado 4.973 vagas no acumulado de janeiro a outubro de 2021, cerca de 22,4% a mais que o mesmo período do ano passado. Pela ótica da massa de rendimentos reais, dados da PNADc apontam para um crescimento de 78,5%, o que contribuiu com a reavaliação no setor.

O Comércio, por outro lado, ainda que esteja positivo no ano, apresentou arrefecimento desde o início do terceiro trimestre. Dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) indicam um crescimento de 1,4% no volume de vendas do comércio varejista restrito na variação acumulada no ano até setembro. Já o ampliado registrou crescimento de 6,9% no mesmo período, mas esse resultado é menor do que o mês de maio, por exemplo, que girou em torno de 21,1%. Diante dessa situação, acredita-se que o Comércio deverá arrefecer mais até o fim do ano, contudo, se manterá positivo.

No que concerne às Atividades Imobiliárias, dados do emprego formal apontam para um saldo positivo no acumulado de janeiro a outubro de 2021, com 237 vagas contra 65 no mesmo período do ano passado. Essa atividade segue a mesma tendência da Construção, ou seja, recuperaram as perdas sofridas em 2020 durante o período mais crítico da pandemia do novo coronavírus.

Já no que diz respeito aos transportes, dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) apontaram um crescimento de 18,1% nas vendas de óleo diesel (Diesel S-10), indicador *proxy* da atividade de transportes. Diga-se de passagem, esse setor foi o que menos sofreu durante a auge da pandemia, principalmente no Maranhão, com destaque para o transporte de grãos e outros produtos, já que o setor primário não foi afetado pela crise.

Gráfico 12 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB segundo os setores de atividade econômica (valores em %) – 2013 a 2021



Fonte: IBGE; IMESC * Elaboração própria (dados estimados em 2019, 2020 e 2021)

É importante mencionar que as projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, à medida que os indicadores econômicos são consolidados e divulgados pelas fontes oficiais. Dessa forma, é possível delinear um cenário mais robusto e aderente à dinâmica econômica estadual.

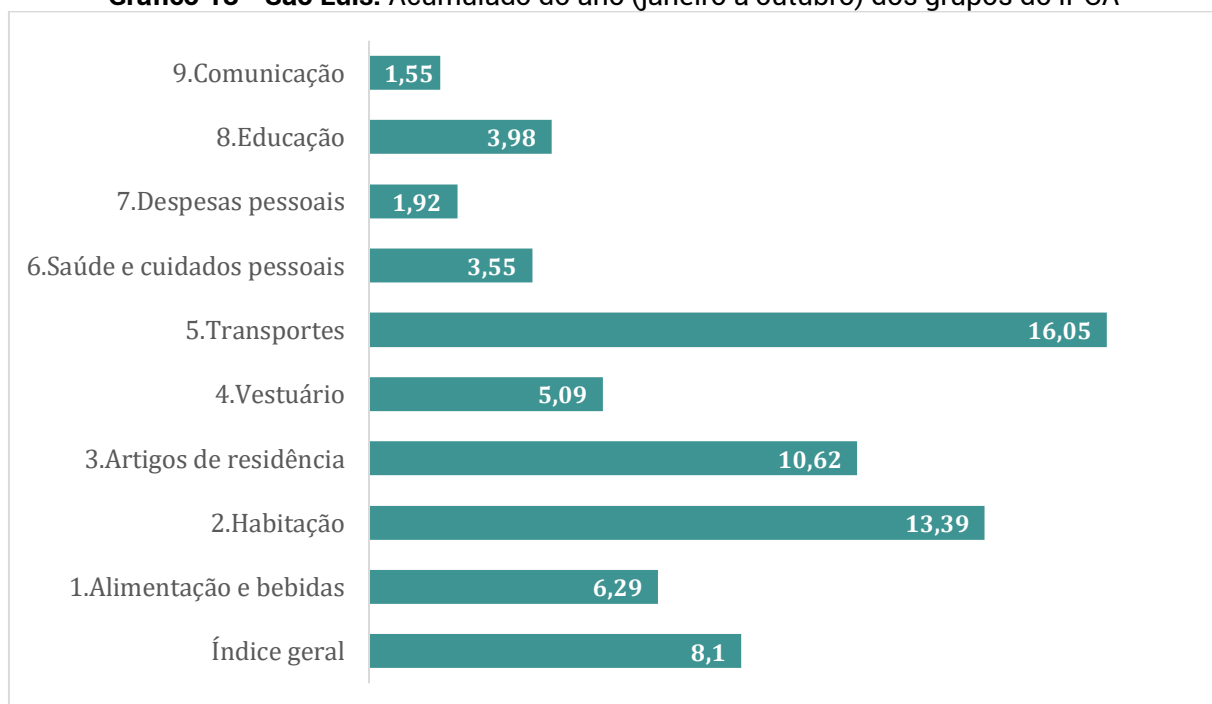
3.1.2 Inflação

Inflação: Energia Elétrica e Gasolina pressionam o nível de preços no ano

No trimestre móvel de agosto a outubro de 2021, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em São Luís, registrou três variações mensais positivas. Os meses de agosto, setembro e outubro apresentaram variação de 0,82%, 1,01% e 1,38% respectivamente, o que gerou acumulado de 3,2% no trimestre. Esses três meses analisados contribuíram com 40% da inflação anual em São Luís.

No acumulado do ano até outubro, o IPCA foi de 8,10% e o grupo que influenciou o crescimento foi "Transportes", com alta de 16,05% no ano. Já entre os itens de maiores crescimentos nesse período, destacam-se melão (74,81%), óleo diesel (41,4%), gás de botijão (40,77%) e gasolina (38,59%). A pressão sofrida no preço dos combustíveis pode ser explicada pela elevação dos preços da *commodity* no mercado internacional devido à alta demanda por energia após a retomada do nível de atividades em muitos países.

Gráfico 13 - São Luís: Acumulado do ano (janeiro a outubro) dos grupos do IPCA



Fonte: IPCA/IBGE (2021)

Também se destaca a pressão sofrida pelo grupo Habitação, o qual apresentou variação de 13,39% acumulado no ano, sendo que a participação desse grupo no orçamento das famílias maranhenses representa cerca de 15,07%. A elevação nesse grupo pode ser explicada pelo custo da energia elétrica que sofreu alteração com a instauração da bandeira de crise hídrica, haja vista o reajuste estabelecido de que a cada 100 quilowatt-hora consumidos é adicionado R\$ 14,20 na conta mensal.

Destaca-se o esforço do Governo Federal e do Estadual em reduzir o impacto da energia elétrica no orçamento das famílias necessitadas por meio da tarifa social¹⁰, instrumento criado que reduz a conta de energia em até 65%. Para indígenas e quilombolas, o desconto pode chegar a 100%.

A bandeira de crise hídrica foi criada para induzir a redução do consumo de energia devido à necessidade de se usar métodos de geração mais caros (como energia térmica) com a redução do nível dos reservatórios. Além da energia elétrica, o gás de cozinha sofre influência da cotação internacional do petróleo que tem sido pressionada com a alta demanda.

As expectativas para o ano são de pressão no nível de preços. A pressão na energia deve ocorrer até abril de 2022, quando vale a bandeira de crise hídrica. A intensidade das chuvas balizará a recuperação do nível dos reservatórios que poderá reduzir o custo da energia elétrica. Os combustíveis têm expectativa de elevação nos preços, de acordo com o Banco Mundial¹¹.

O cenário de aceleração dos preços se mantém, pois muitos componentes que estão pressionando o nível de preços (gasolina, diesel e energia elétrica) são considerados bens intermediários em muitas cadeias de produção e distribuição de produtos. Isso encarece ainda mais o custo de vida e a difusão dos preços em outros bens consumidos.

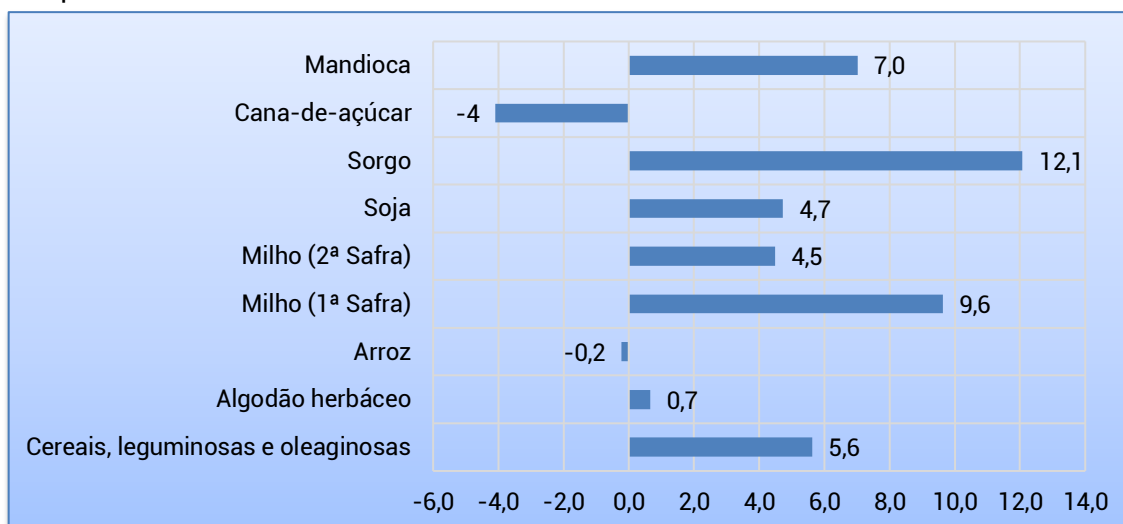
3.1.3 Produto Interno Bruto

3.1.4 Agropecuária

Produção maranhense cresceu 5,6%, melhor desempenho frente à queda de 1,2% no nacional

Em outubro de 2021, a produção maranhense estimada de cereais, leguminosas e oleaginosas cresceu 5,6% em relação a 2020 segundo a LSPA. Sendo assim, o total produzido será 5,7 milhões de toneladas em 2021, é o quinto mês consecutivo que se estima esse resultado.

Gráfico 14 - Maranhão: Variação percentual da produção estimada em 2021* quando comparado ao ano de 2020



Fonte: LSPA, IBGE

¹⁰ Disponível em: <https://tarifasocial.sedes.ma.gov.br/site/inicio>. Acesso em: 24 nov. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/opendata/oil-market-developments-rising-prices-amid-broader-surge-energy-prices>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Em relação à soja maranhense, o IBGE projeta crescimento de 4,7% em 2021 quando comparado a 2020 e deverá alcançar 3,2 milhões de toneladas de grãos, segundo projeções de outubro desse ano. Geralmente a semeadura é tardia se comparado aos estados do Centro-Sul, pois a estação chuvosa ocorre a partir de novembro segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Tabela 14 - Maranhão: Estimativa anual da produção (toneladas) dos principais produtos das lavouras em agosto de 2021, contendo as variações mensais (setembro/2021) e anuais (outubro/2021)

Lavoura	Estimativas			Taxa Anual Cresc. b/a (%)
	2020 (a)	Setembro.21	Outubro.21 (b)	
Cereais, leguminosas e oleaginosas	5.421.321	5.726.094	5.726.212	5,6
Algodão herbáceo	107.798	108.511	108.511	0,7
Arroz	157.016	156.662	156.662	-0,2
Milho (1ª Safra)	1.239.919	1.359.355	1.359.355	9,6
Milho (2ª Safra)	853.452	891.716	891.716	4,5
Soja	3.058.058	3.202.608	3.202.726	4,7
Sorgo	20.215	22.655	22.655	12,1
Cana-de-açúcar	2.877.606	2.759.927	2.759.928	-4
Mandioca	412.422	441.336	441.344	7,0

Fonte: LSPA, IBGE

Já o arroz apresentou leve queda de -0,2% no comparativo interanual e deverá alcançar 156 mil toneladas de grãos produzidos, conforme dados do IBGE. Quanto ao seu cultivo, é realizado na maior parte do estado pela agricultura familiar em sistema de cultivo consorciado com outras culturas como milho, feijão-caupi e mandioca, com queima e corte da vegetação da área de cultivo, com baixa tecnologia, sem calagem e adubação conforme dados da CONAB.

Sobre o milho, destaca-se que o de primeira safra que crescerá 9,6% em comparação a 2020 e deverá atingir 1,3 milhões de toneladas produzidas segundo a LSPA. O plantio da primeira safra foi iniciado algumas unidades produtivas da região sul, equivalendo a cerca de 2% da área total em razão do início do período chuvoso na região segundo dados da CONAB.

Já em relação ao sorgo, a produção estimada é superior a 22 mil toneladas de grãos e deverá crescer 12,1% em 2021 quando comparado a 2020. A cultura do sorgo no estado, segundo a CONAB, é realizada nos municípios localizados no sul maranhense e ocorrem após a colheita da soja e o plantio de milho safrinha, com área total semeada permanecendo em 9,8 mil hectares.

Em relação ao faturamento da pecuária maranhense, destaca-se a atividade de suínos que cresceu 64,3% em 2021 quando comparado a 2020, alcançando o valor bruto de R\$ 7.759 milhões em sua produção. Já o faturamento da atividade de bovinos que possui o maior peso na pecuária maranhense registrou crescimento de 4,6% e atingiu o valor bruto de R\$ 2,750 bilhões em sua produção.

Gráfico 15 - Maranhão: Valor Bruto da produção agropecuária (R\$), a preços constantes, por produto e variação percentual em 2020 e 2021

Culturas	2020	2021	V. Anual (%)
Total Lavouras	10.983.326.889	13.924.159.465	26,8
Bovinos	2.629.333.975	2.750.842.133	4,6
Suínos	4.721.961	7.759.758	64,3
Frango	16.318.437	18.763.639	15,0
Leite	110.420.855	99.139.751	-10,2
Total Pecuária	2.760.795.230	2.876.505.281	4,2
Lavoura + Pecuária	13.744.122.119	16.800.664.746	22,2

Fonte: MAPA. Obs. Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV de outubro de 2021.

3.1.5 Indústria

Cresce o número de empresas abertas no ramo da indústria e da construção civil

A considerável queda do nível de atividade da Indústria no Maranhão, no primeiro semestre de 2021, resultou na diminuição das expectativas dos empresários para os próximos meses, segundo a sondagem divulgada pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA)¹². A baixa confiança afetou, principalmente, grande parte das pequenas empresas e esteve associada à falta de insumos ou ao alto custo para o setor.

Por outro lado, o painel Mapa das Empresas, divulgado pelo Governo Federal, mostrou que o setor industrial registrou um aumento de 29,8% na abertura de novos negócios no estado. No acumulado de janeiro a outubro de 2021, mais de 3,1 mil novas empresas estavam exercendo atividades no setor da Indústria, representando um crescimento de 25% em relação ao mesmo período do ano de 2020. Já no setor da Construção Civil, os números de empresas ativas somam mais de 2,1 mil, um aumento de 36% em relação ao ano anterior.

Tabela 15 - Maranhão: Números de empresas ativas por setor e porte – jan./2021 a out./2021

SETOR	2020	2021	2021-2020 (Var. %)
INDÚSTRIA TOTAL	2.530	3.177	25,6
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	4	2	-50,0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	2.459	3.063	24,6
SIUP*	67	112	67,2
CONSTRUÇÃO	1.603	2.188	36,5
TOTAL	4.133	5.365	29,81

Fonte: Mapa de Empresas – Governo Federal

A abertura e formalização dos negócios é importante também para o acesso ao crédito e consequente expansão das atividades das empresas. De acordo com os dados do Banco do Nordeste (BNB), de janeiro a setembro de 2021, foram contratadas mais de 57 milhões em linhas de financiamentos por empresas do setor industrial no Maranhão. Somente as micro e pequenas empresas contrataram mais de 23 milhões em financiamentos.¹³ A maioria desses empreendimentos estavam localizados nos municípios de São José de Ribamar, Imperatriz, Governador Edison Lobão, Grajaú, Barra do Corda e Timon, além de São Luís.

¹² Pesquisa da Sondagem Industrial do Maranhão realizada pela FIEMA.

¹³ Painel do BNB: <https://www.bnb.gov.br/bnb-transparente/estatisticas-aplicacoes-fne-e-outros-recursos#FNE>

Em relação às exportações, único indicador no qual os empresários ainda se mantinham otimistas, os dados do Ministério da Economia/Mdic sinalizaram um crescimento de 92% do valor exportado pela Indústria Extrativa do estado, na comparação do acumulado de janeiro a outubro com o ano anterior. Já na Indústria de Transformação, que detém 49% da participação setorial nas exportações maranhenses, o aumento foi de 10,4 % em relação ao mesmo período do ano anterior.¹⁴

Sob a perspectiva do mercado de trabalho, apesar do fechamento de postos de trabalho entre as empresas de pequeno e médio porte, o saldo foi positivo no mês de setembro (+115). O setor da construção civil foi o que obteve o maior saldo com a criação de 1,5 mil postos de empregos formais neste mês, enquanto no acumulado de janeiro a setembro o total foi de 5,5 mil. Já indústria total acumulou mais de 7,6 mil postos no mesmo período.

Tabela 16 - Maranhão: Saldo de emprego formal da Indústria por porte das empresas até setembro de 2021

Setor	Set. 2021	MEI	Pequeno porte	Grande porte	Médio porte	Acumulado Jan. a set. (2021)
INDÚSTRIA TOTAL	115	164	-51	66	-64	2.058
Indústrias de Transformação	118	169	-49	80	-82	1.516
Indústrias Extrativas	17	4	5	0	8	182
SIUP*	-20	-9	-7	-14	10	360
CONSTRUÇÃO CIVIL	1.513	974	190	227	120	5.553
TOTAL	1.628	1.138	139	293	56	7.611

Fonte: Novo CAGED/ JUCEMA

*Serviços Industriais de Utilidade Pública

Um cenário positivo para o setor traz a articulação promovida pelo Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC) entre o Banco do Nordeste (BNB) e as empresas filiadas à Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA). Essa iniciativa resultou em um acordo que possibilita às micro e pequenas empresas da indústria o acesso às linhas de crédito com as melhores condições¹⁵. Desse modo, espera-se que o fluxo de novos negócios no setor continue atrativo e as operações geradas pela atividade sejam crescentes com consecutiva melhora das expectativas dos empresários em todo o estado.

3.1.6 Serviços

Serviços recua pelo segundo mês, mas mantém crescimento no ano de 11,8%

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) – IBGE, o volume de serviços recuou 0,1% em setembro (**Tabela 17**), o segundo mês consecutivo. Todavia, o setor se encontra 9,8% acima do patamar pré-pandemia. Na comparação com setembro de 2020, os serviços tiveram um aumento de 18,7%. No ano, o setor cresceu com taxa de 11,8%. Considerando o trimestre, o volume de serviços avançou 2,7% comparado aos três meses anteriores.

¹⁴ Para mais informações, verificar a seção de Balança Comercial Maranhense.

¹⁵ Notícia do portal FIEMA: <https://www.fiema.org.br/noticia/3269/fiema-assina-termo-de-cooperacao-tecnica-com-o-bnb-para-facilitar-acesso-dos-empresarios-industriais>

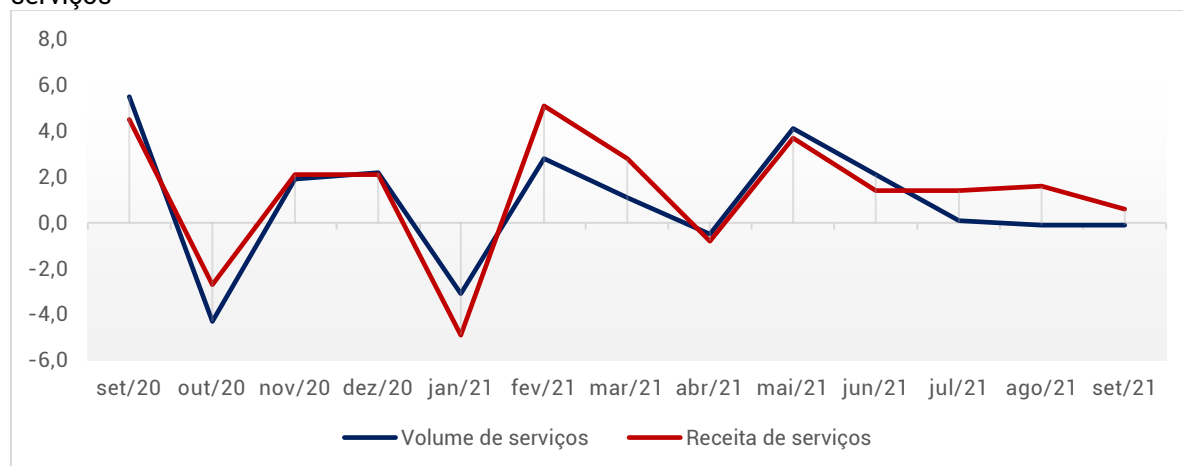
Tabela 17 - Maranhão: Variação (%) mensal e interanual do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado em setembro e no acumulado no ano (Base fixa 2014 = 100)

U.F.	Mensal	Interanual	Acumulado no ano
	Set.	Set.	Jan. – set.
Brasil	-0,6	17,8	10,7
Maranhão	-0,1	18,7	11,8

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços

A variação positiva de 0,1% em julho e as negativas de 0,1% em agosto e setembro (**Gráfico 16**) mostram que o volume de serviços maranhenses se encontra relativamente estável. Ao se observar a receita do setor, observa-se que em julho houve alta de 1,4%, enquanto que em agosto o aumento foi de 1,6% e em setembro de 0,6%. Isso pode ser explicado pela inflação da energia elétrica e dos combustíveis, que em São Luís se encontram em alta¹⁶ e ocasionam o reajuste dos preços, mesmo que estes tenham maior rigidez se comparado aos do comércio.

Gráfico 16 - Maranhão: Evolução mensal da variação mês/mês anterior (%) do volume e receita de serviços



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços

Nos próximos meses, o setor pode vir a ser beneficiado pela reabertura da economia mediante o progresso da imunização no estado¹⁷, haja vista o caráter presencial das atividades. O turismo é um dos segmentos mais favorecidos, como mostram dados da Associação Brasileira das Operadoras e Turismo (BRAZTOA), nos quais a capital São Luís aparece como um dos destinos mais procurados desde julho deste ano¹⁸.

¹⁶ Para mais informações, leia a seção "Inflação" em "Abrangência Estadual".

¹⁷ Em 19 de novembro, o Maranhão contabilizou 4.373.474 vacinados com a primeira dose (61,1% da população) e 3.181.909 (44,5% da população) com o esquema vacinal completo (segunda dose e dose única).

¹⁸ Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/noticias/2021/09/aumento-dos-turistas-no-maranhao/>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

3.1.7 Comércio varejista

Comércio varejista maranhense recua em setembro, mas permanece acima do patamar pré-pandemia

Segundo a Pesquisa Mensal de Comércio – IBGE, o volume de vendas do comércio varejista restrito maranhense recuou 2,8% em setembro ante agosto (**Tabela 18**). Mesmo com o resultado negativo, o volume de vendas do varejo maranhense permaneceu acima do patamar pré-pandemia em 4,5%. Referente a setembro do ano anterior, o volume de vendas do varejo estadual caiu de 12,3%, enquanto que no acumulado do ano houve crescimento de 1,4%. No trimestre, o varejo restrito maranhense apresentou queda de 0,8% comparado aos três meses anteriores.

A alta dos preços pode ter influenciado o desempenho do varejo estadual em setembro, haja vista que, em São Luís, a inflação chegou a 11,21% no acumulado em 12 meses segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – IBGE. Dentre os grupos, possuem as maiores altas “Transportes” e “Alimentação e bebidas”¹⁹, os quais estão relacionados com as atividades “Combustíveis e lubrificantes” e “Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo” de maiores pesos na pesquisa.

Tabela 18 - Brasil: Variação (%) mensal e interanual do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado em junho e no acumulado no ano (Base fixa 2014 = 100)

Varejo restrito			
U.F.	Mensal	Interanual	Acumulado no ano
	Set.	Set.	Jan. – set.
Brasil	-1,3	-5,5	3,8
Maranhão	-2,8	-12,3	1,4
Varejo ampliado			
U.F.	Mensal	Interanual	Acumulado no ano
	Set.	Set.	Jan. - set.
Brasil	-1,1	-4,2	8,0
Maranhão	-3,6	-11,5	6,9

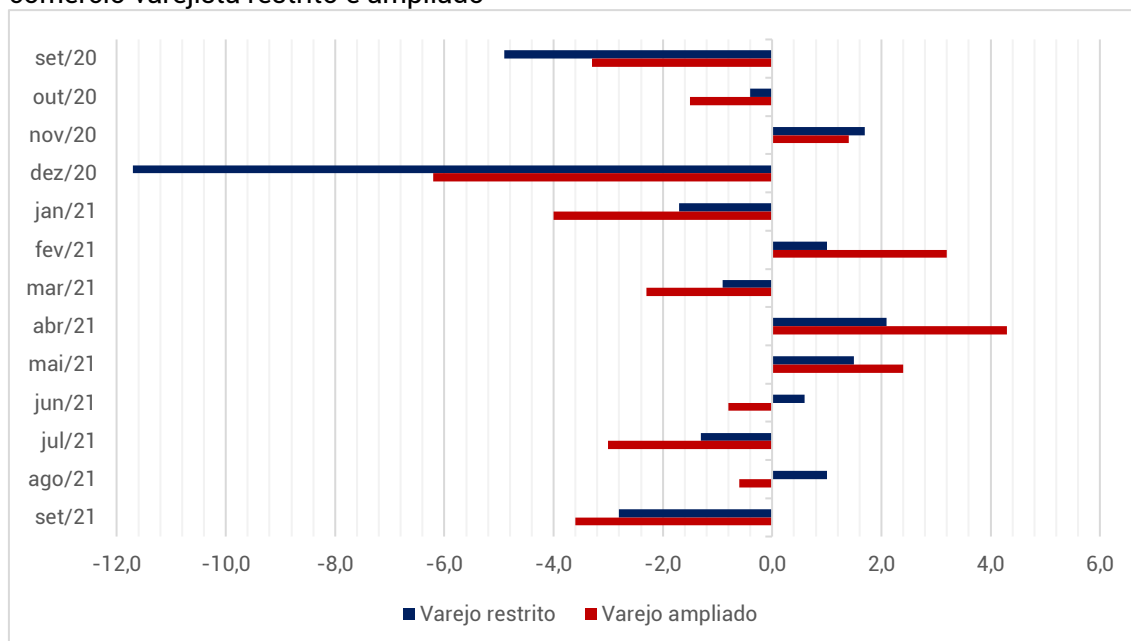
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio

Por sua vez, o comércio varejista ampliado maranhense também recuou em setembro, retraindo 3,6% em relação a agosto (**Tabela 18**), o quarto resultado negativo consecutivo. Ainda assim, o volume de vendas se manteve acima do patamar pré-pandemia em 4,0%. Relativamente ao mesmo mês de 2020, houve queda de 11,5%, e de julho a setembro, o volume de vendas do varejo ampliado caiu 4,2% em comparação com o trimestre anterior. Porém, no acumulado do ano, o setor cresceu 6,9%.

A redução da venda de veículos novos pode ter impactado a atividade de “Veículos, motos, partes e peças” que, por sua vez, possui o segundo maior peso na pesquisa no conceito ampliado. Dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE) mostram que, em setembro, houve redução de 6,2% no licenciamento de veículos no Maranhão em comparação a agosto; em relação a setembro de 2020, a queda foi de 14,4%.

¹⁹ Para mais informações, leia a seção “Inflação” em “Abrangência Estadual”.

Gráfico 17 - Maranhão: Evolução da variação mês/mês anterior (%) do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio

O volume de vendas do varejo maranhense tem flutuado consideravelmente ao longo do ano. Apenas em dois meses, houve alta conjunta do varejo no conceito restrito e no conceito ampliado, sendo que em abril teve o pico do ano (varejo restrito: 2,1%, varejo ampliado: 4,3%), resultado obtido após a queda em março causada pela segunda onda de COVID-19. Após o avanço de maio, somente o varejo restrito teve alta, sendo a mais recente em agosto (1,0% diante da queda de 0,6% do varejo ampliado).

Embora no começo do ano se tivesse a pandemia como principal motivo de um menor desempenho do varejo, com o avanço da imunização²⁰ e o retorno às atividades presenciais, outros motivos como a já citada inflação, o alto nível de endividamento e inadimplência²¹ e o menor valor do Auxílio Emergencial prejudicam o desempenho do varejo maranhense, podendo continuar a interferir nos resultados dos meses seguintes.

3.2 Comércio Exterior

3.2.1 Commodities

O minério de ferro foi a *commodity* que exibiu a maior valorização no acumulado do ano

Na comparação interanual do acumulado de janeiro a outubro de 2021/2020, o milho apresentou crescimento de 62,94% na sua média de preço. Segundo a CONAB, a alta no preço do milho também ocorreu no mercado interno, a qual tem relação com as condições climáticas adversas durante o ciclo produtivo dessa *commodity*²². A expectativa para os próximos meses é que não haja tanta variação no preço internacional, visto que boa parte do produto já foi

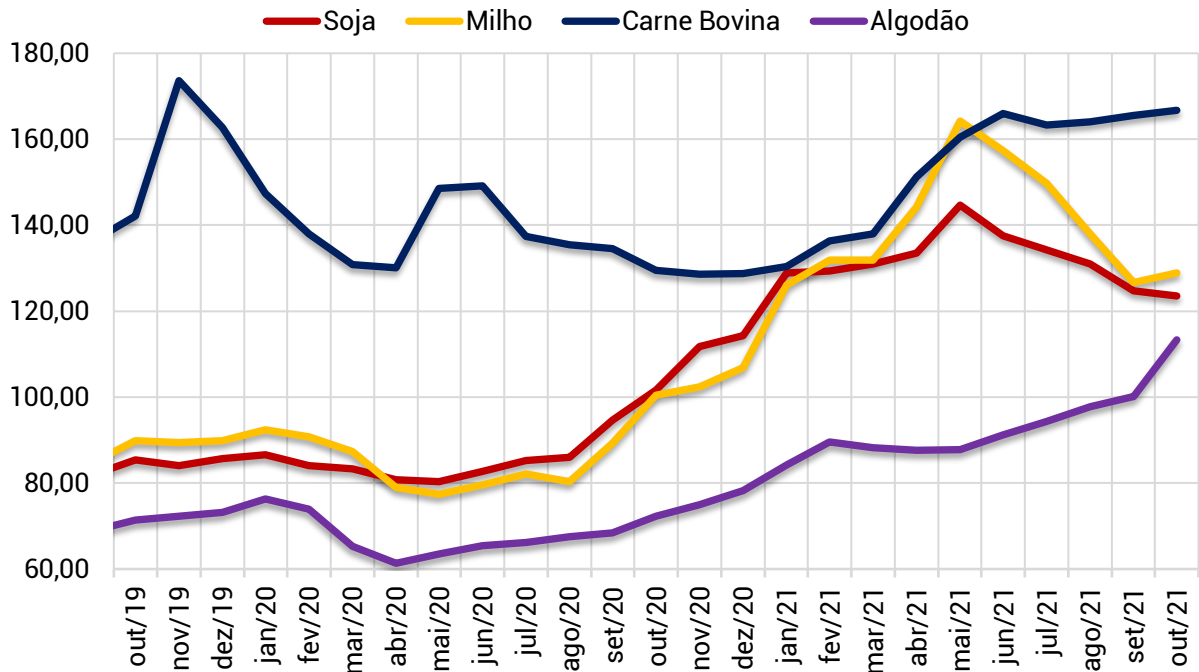
²⁰ Em 19 de novembro, o Maranhão contabilizou 4.373.474 vacinados com a primeira dose (61,1% da população) e 3.181.909 com o esquema vacinal completo (segunda dose e dose única).

²¹ Disponível em: <<https://fecomercio-ma.com.br/2021/10/27/endividamento-das-familias-reforca-queda-puxada-pelo-consumo-e-inflacao/>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

²² Vale destacar que o Brasil foi o segundo maior exportador de milho no ano passado. Mais informações: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/06/01/brasil-e-o-4o-maior-produtor-de-graos-atras-da-china-eua-e-india-diz-estudo.ghml>.

negociado²³. Na mesma base de comparação, as variações na média dos preços das outras *commodities* agropecuárias foram as seguintes: soja (+52,37%); algodão (+37,36%); carne bovina (+11,68%).

Gráfico 18 - Número-índice para a cotação internacional da soja, milho, carne bovina e algodão, de outubro de 2019 a outubro de 2021 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

O “minério de ferro” apresentou uma alta de 68,15% em sua média de preço, na comparação do acumulado de janeiro a outubro 2021/2020, essa alta foi influenciada pela recuperação da economia mundial. Já a queda que ocorreu nos últimos meses foi impulsionada por duas províncias chinesas que colocaram medidas restritivas na produção de suas siderúrgicas, visando à redução da poluição do ar²⁴.

Considerando a mesma base de comparação, o segundo maior crescimento foi da cotação do “petróleo bruto”, que apresentou variação positiva de 67,32%, a qual está relacionada também com a retomada da economia mundial, com problemas de abastecimento devido às condições climáticas e à restrição de produção pela OPEP²⁵. A previsão ainda é de alta, o barril de “petróleo bruto” deverá alcançar, aproximadamente, US\$ 74 em 2022 segundo o Banco mundial²⁶. Por sua vez, a média do preço do cobre e do alumínio exibiram crescimento de 56,18% e 47,55%, respectivamente.

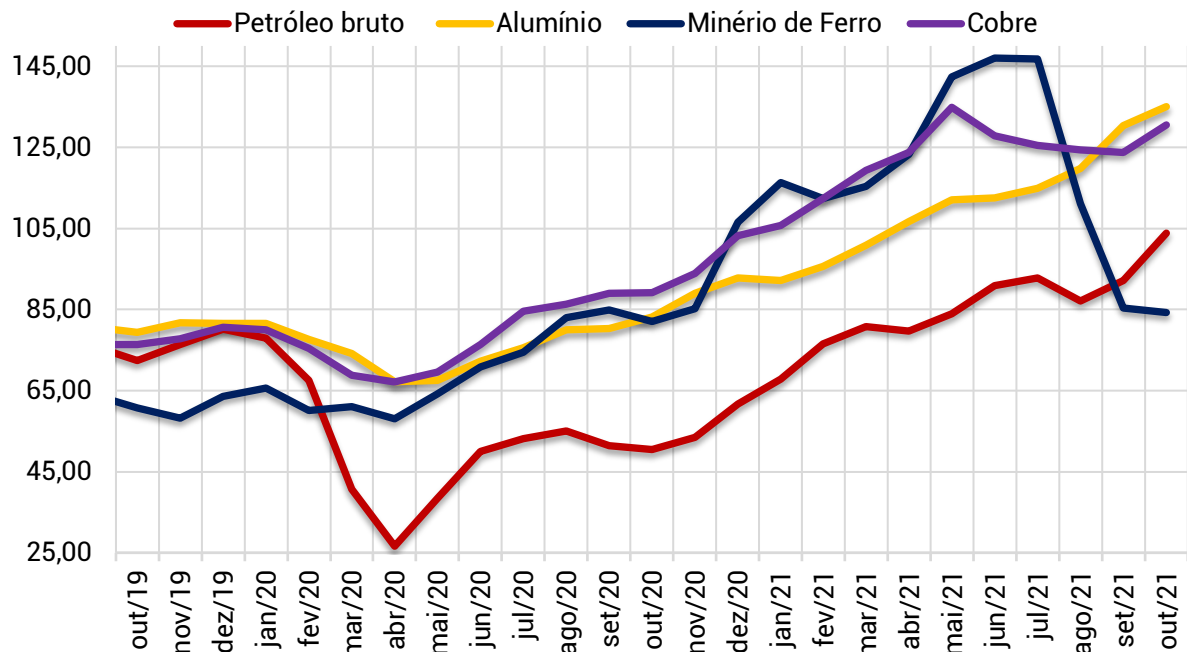
²³ Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/analise-regional-do-mercado-agropecuario/analise-regional-ms-milho/item/16875-milho-analise-setembro-outubro-2021>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

²⁴ Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/10/29/minerio-de-ferro-cai-477percent-no-porto-chines-para-us-10728-a-tonelada.ghtml>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

²⁵ Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/opendata/oil-market-developments-rising-prices-amid-broader-surge-energy-prices>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

²⁶ A seção da inflação exibe os impactos dessa alta nos combustíveis na nossa economia.

Gráfico 19 - Número-índice para a cotação internacional do petróleo, alumínio, minério de ferro e cobre, de outubro de 2019 a outubro de 2021 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

No ano passado, os preços de diversas *commodities* foram afetados durante a paralisação das atividades econômicas em escala mundial devido à pandemia da COVID-19. Por outro lado, à medida em que as atividades foram retomadas, observou-se o choque entre a demanda e a oferta mundial, que ocasionou o aumento generalizado dos preços.

Em 2021, os preços das *commodities* continuaram subindo, além da relação da oferta e demanda. Chama-se atenção para alta nos preços dos produtos que são insumos básicos – a exemplo do petróleo e dos fertilizantes – os quais implicam em uma maior elevação nos preços de outros produtos.

3.2.2 Balança Comercial

Maranhão registrou recorde em 2021: o valor exportado foi o maior em toda a série histórica, considerando o período acumulado de janeiro a outubro

No acumulado do ano até outubro, o saldo da balança comercial maranhense foi US\$ 398,7 milhões. Esse resultado foi 66,0% inferior ao saldo do mesmo período do ano passado. As exportações maranhenses totalizaram US\$ 3,7 bilhões, apresentando alta de US\$ 879,1 milhões, derivada do aumento do valor exportado do complexo da soja (+ US\$ 385,1 mi) e do ferro (+ US\$ 301,3 mi). Por sua vez, as importações maranhenses somaram US\$ 3,3 bilhões, apresentando crescimento de US\$ 1,7 bilhão, oriundo principalmente da alta de US\$ 1,3 bilhão na importação do diesel.

Tabela 19 - Maranhão: Principais produtos da balança comercial maranhense de 2019* a 2021*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variações interanuais absolutas e relativas

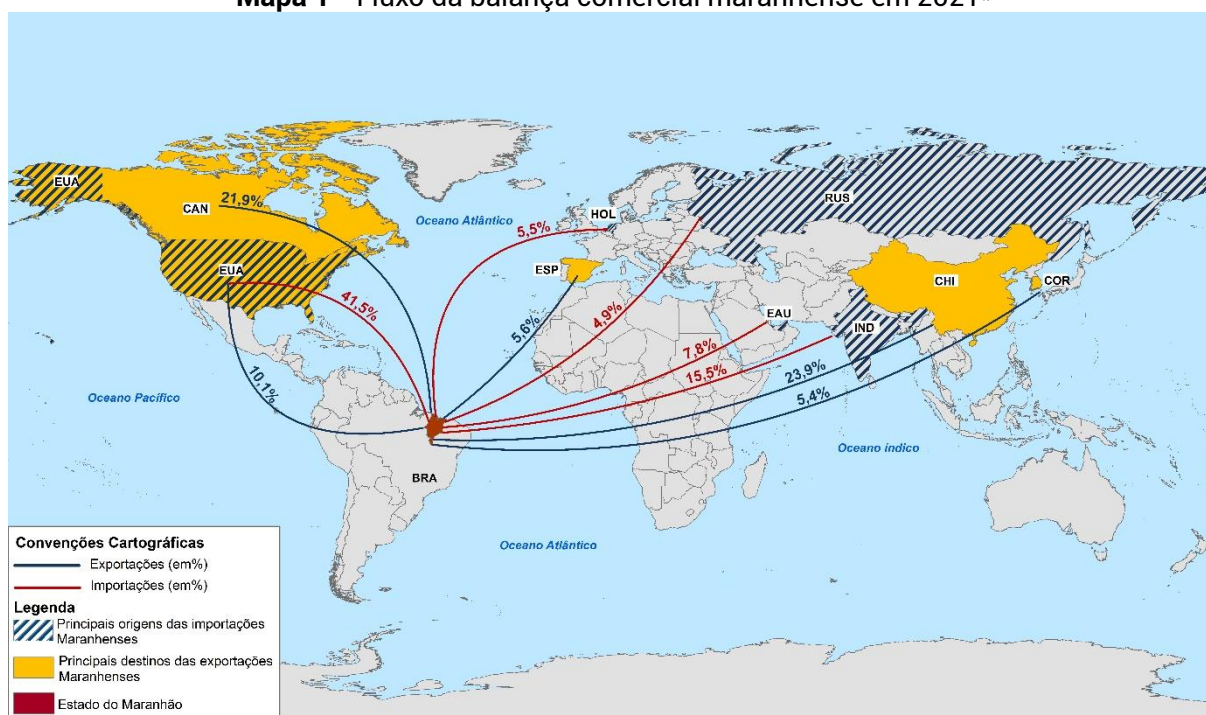
Complexos e produtos	2019*		2020*		2021*		Cresc. (%) 2021*/2020*		Var. Absoluta
	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	Valor	Qtd.	US\$ milhões
Total exportado	3.047,9	9.640,9	2.845,9	10.701,7	3.724,9	10.788,8	30,9	0,8	879,1
Complexo Alumínio	1.092,0	3.073,8	860,8	3.258,9	910,9	3.017,9	5,8	-7,4	50,1
Complexo Soja	715,6	2.055,5	785,5	2.304,1	1.170,7	2.659,3	49,0	15,4	385,1
Complexo Celulose	619,6	1.040,3	440,4	1.183,3	499,6	1.343,7	13,4	13,5	59,2
Complexo Ferro	395,2	2.906,7	380,4	3.152,5	681,7	2.999,1	79,2	-4,9	301,3
Milho	87,4	527,2	116,6	740,4	123,8	665,1	6,2	-10,2	7,2
Algodão	27,3	16,1	26,8	17,3	65,0	35,8	142,7	106,7	38,2
Complexo Proteína Animal	20,8	6,2	22,8	6,5	31,9	7,8	39,7	20,5	9,1
Complexo Couro	1,0	0,6	1,0	1,1	0,1	0,0	-88,6	-95,9	-0,9
Complexo Ouro	67,6	0,0	181,9	0,0	196,7	0,0	8,1	5,6	14,8
Complexo Cobre	1,9	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	**	**	0,0
Outros Complexos	19,6	13,8	29,6	37,7	44,5	60,2	50,2	59,8	14,9
Total importado	2.784,0	7.106,7	1.672,9	6.224,6	3.326,2	8.415,7	98,8	35,2	1.653,3
Combustíveis e Lubrificantes	1.896,7	3.906,9	993,4	3.122,2	2.489,1	5.357,0	150,6	71,6	1.495,7
Diesel	1.439,9	2.401,8	732,9	1.779,9	2.056,7	3.720,6	180,6	109,0	1.323,7
Gasolinas	406,7	704,9	224,4	606,0	300,7	457,8	34,0	-24,5	76,3
Coques, Hulhas e Derivados	49,9	800,1	36,0	736,2	83,6	1.081,8	132,1	46,9	47,6
Outros deriv. do petróleo	0,2	0,1	0,1	0,0	48,1	96,8	**	**	48,0
Álcool/Etanol	258,7	499,9	45,4	86,1	14,1	22,5	-69,0	-73,9	-31,3
Fertilizantes	367,5	1.366,9	374,0	1.740,6	530,5	1.853,8	41,8	6,5	156,4
Outros Produtos	261,1	1.333,0	260,1	1.275,7	292,6	1.182,4	12,5	-7,3	32,5

Fonte: Ministério da Economia; Elaboração IMESC. *Acumulado do ano até outubro.

China é o principal destino das exportações maranhenses

No acumulado de janeiro a outubro de 2021, a China apresentou maior participação (23,9%) no valor exportado pelo Maranhão, seguido pelo Canadá (21,9%) e Estados Unidos (10,1%). No que se refere às origens das importações, o primeiro lugar foi ocupado pelos Estados Unidos, com participação de 41,5% no valor total importado pelo Maranhão, seguido pela Índia (15,5%) e pelos Emirados Árabes Unidos (7,8%).

Mapa 1 - Fluxo da balança comercial maranhense em 2021*



Fonte: Ministério da Economia; Elaboração IMESC; *Acumulado do ano até outubro.

Na comparação interanual do acumulado do ano (2021/2020), o valor exportado para China exibiu aumento de US\$ 107,7 milhões, devido à alta no preço da soja e ao crescimento da quantidade de celulose exportada. Em termos de volume, a China comprou 60,6% da soja e 28,5% da celulose, vendida pelo Maranhão, no acumulado do ano até outubro.

No que diz respeito às importações, os Estados Unidos registraram alta de US\$ 278,2 milhões e queda -5,7% no volume vendido, na comparação interanual do acumulado do ano até outubro. A variação positiva em termos de valor está relacionada com o crescimento dos preços dos combustíveis, já que esse país foi responsável por 50,3% da quantidade de combustíveis adquirida pelo estado no presente ano.

3.3 Finanças Públicas

Transferências constitucionais para o Maranhão recuam 9,3% em 2021

As transferências constitucionais para o estado do Maranhão, no acumulado de janeiro a setembro de 2021, atingiram a R\$ 6,5 bi (**Tabela 20**), uma queda real de 9,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior segundo dados do Tesouro Nacional. Esse recuo deriva da elevada base de comparação, haja vista o volume de recursos destinados para o enfrentamento do novo coronavírus no ano passado.

Tabela 20 - Maranhão: Transferências constitucionais para o Maranhão no acumulado de janeiro a setembro de 2020 e 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2021), variação relativa (%) e variação absoluta

Transferência	Janeiro - setembro		Variação	
	2020	2021	%	Absoluta
FPE	4.275,7	5.451,6	27,5	1.175,9
FUNDEB	1.195,3	808,5	-32,4	-386,8
Royalties	53,5	102,8	92,1	49,3
Demais*	1.599,1	101,6	-93,6	-1.497,5
Total	7.123,6	6.464,5	-9,3	-659,1

Fonte: Tesouro Nacional

*Fazem parte desta rubrica "AFM/AFE/AUX" (Auxílio Financeiro aos Estados e Municípios); "IOF-Ouro"; "IPI-Exp", Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) e as transferências relacionadas à Lei Kandir.

Dentre os tipos de transferência, o "Fundo de Participação dos Estados (FPE)" apresentou o maior montante, em torno de R\$ 5,4 bi (Tabela 20), explicado pelo aumento conjunto dos tributos compartilhados (IR e IPI). Por sua vez, "Royalties" mostrou o maior crescimento, de 92,1%, causado pelo aumento da arrecadação das receitas de exploração de recursos naturais.

Receita estadual cresce 7,7% em 2021 com retomada das atividades econômicas

A receita total do Maranhão chegou a R\$ 19,2 bi no acumulado no ano de 2021 (Tabela 21), uma alta real de 4,7% em relação a 2020 de acordo com a SEPLAN-MA. As "Receitas correntes" avançaram 5,2%, impulsionadas pela retomada das atividades econômicas, algo corroborado pelas altas de "Impostos, taxas e contribuições de melhoria" (13,5%), "Receita patrimonial" (54,3%) e "Receitas de serviços" (416,4%). Por sua vez, as "Receitas de capital" recuaram 29,7% no ano, influenciadas pela queda em "Operações de crédito" de 27,6% e em "Outras receitas de capital" de 100,0%.

Tabela 21 - Maranhão: Receitas correntes e de capital* no acumulado de janeiro a setembro de 2020 e 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2021), variação relativa (%) e variação absoluta

Descrição	Acumulado		Variação	
	2020	2021	%	Absoluta
Receitas (Exceto Intraorçamentárias) (I)	17.812,7	18.640,8	4,6	828,1
Receitas Correntes	17.523,9	18.437,8	5,2	913,9
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.772,2	8.822,7	13,5	1.050,5
Contribuições	547,6	500,9	-8,5	-46,7
Receita de Serviços	0,4	1,8	416,4	1,5
Receita Patrimonial	51,5	79,5	54,3	28,0
Outras Receitas Correntes	212,6	164,0	-22,8	-48,6
Transferências Correntes	8.939,6	8.868,8	-0,8	-70,8
Receitas de Capital	288,8	203,0	-29,7	-85,8
Alienação de Bens	3,5	4,0	13,2	0,5
Operações de Crédito	189,0	136,8	-27,6	-52,2
Amortização de Empréstimos	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas de Capital	95,6	0,0	-100,0	-95,5
Transferências de Capital	0,8	62,2	7594,5	61,4
Receitas (Intraorçamentárias) (II)	597,1	642,9	7,7	45,8
Total (I + II)	18.409,8	19.283,7	4,7	873,9

Fonte: Secretaria de Estado do Orçamento e Planejamento – SEPLAN

*Dados passíveis de alteração

Dentro da descrição “Impostos, taxas e contribuições de melhoria”, ressalta-se o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) – principal tributo estadual – o qual teve um crescimento interanual de 11,0% (R\$ 696,2 mi) no acumulado de janeiro a setembro (**Tabela 22**) segundo dados da SEFAZ-MA.

O resultado foi impulsionado pelo setor secundário, cuja alta real foi de R\$ 518,9 mi na passagem de 2020 para 2021 que, por sua vez, foi influenciada pela rubrica “combustível”, que teve aumento real interanual de R\$ 436,3 mi. Em termos percentuais, o maior crescimento foi o do “setor primário”, de 161,4%, fomentada pela rubrica “pecuária”, que variou 210,3% (R\$ 63,6 mi).

Tabela 22 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica*, no acumulado de janeiro a setembro de 2020 e 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2021), variação relativa (%) e variação absoluta

Setor	Atividade	Janeiro - setembro		Variação	
		2020	2021	%	Absoluta
PRIMÁRIO	Agricultura	11,4	16,7	46,3	5,3
	Pecuária	30,3	93,9	210,3	63,6
	Pesca e aquicultura	0,3	0,5	48,6	0,2
	Produção florestal	0,9	1,2	29,3	0,3
	Subtotal	43,0	112,3	161,4	69,4
SECUNDÁRIO	Combustível**	1.325,4	1.761,7	32,9	436,3
	Energia elétrica	25,5	41,2	61,7	15,7
	Indústria de transformação	1.002,6	1.073,0	7,0	70,4
	Indústria extrativista	23,2	15,6	-32,7	-7,6
	Indústrias – outras	3,0	7,0	134,0	4,0
	Subtotal	2.379,6	2.898,5	21,8	518,9
TERCIÁRIO	Combustível***	364,1	277,6	-23,8	-86,5
	Comércio atacadista	1.141,1	1.318,8	15,6	177,7
	Comércio varejista	958,9	1.055,5	10,1	96,6
	Energia elétrica	682,2	721,2	5,7	39,0
	Outros serviços	86,9	94,7	9,0	7,8
	Serviços de comunicação	334,2	361,4	8,1	27,2
	Serviços de transporte	338,3	184,5	-45,5	-153,8
	Subtotal	3.905,8	4.013,7	2,8	108,0
Total Geral		6.328,4	7.024,6	11,0	696,2

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

* Dados passíveis de alteração

** Fazem parte desse grupo, as atividades de extração de petróleo e gás natural; de fabricação de álcool e de derivados do petróleo e de refino de óleos lubrificantes.

*** Fazem parte desse grupo, atividades relacionadas ao comércio atacadista e à distribuição de combustíveis.

Despesas aumentam 13,3% no ano e gastos com saúde são a maioria

No acumulado do ano de janeiro a setembro de 2021, as despesas do Estado alcançaram R\$ 15,4 bi, um crescimento de 13,3% comparado a 2020 (**Tabela 23**). As “Despesas correntes” corresponderam a R\$ 12,7 bi, uma alta de 4,6% (R\$ 557,5 mi), com destaque para a rubrica “Pessoal e encargos sociais”, cujo aumento interanual foi de 89,2% (R\$ 121,8 mi).²⁷ Já as “Despesas de capital” representaram R\$ 2,8 bi, um aumento de 85,8% (R\$ 1,3 bi). A rubrica “Investimentos” teve a maior variação interanual, de 165,9% (R\$ 468,5 mi).

²⁷ O crescimento da rubrica tem relação com o aumento nos gastos com saúde, haja vista que é uma área intensiva em mão de obra.

Tabela 23 - Maranhão: Despesas correntes e de capital* no acumulado de janeiro a setembro de 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2021), variação relativa (%) e variação absoluta

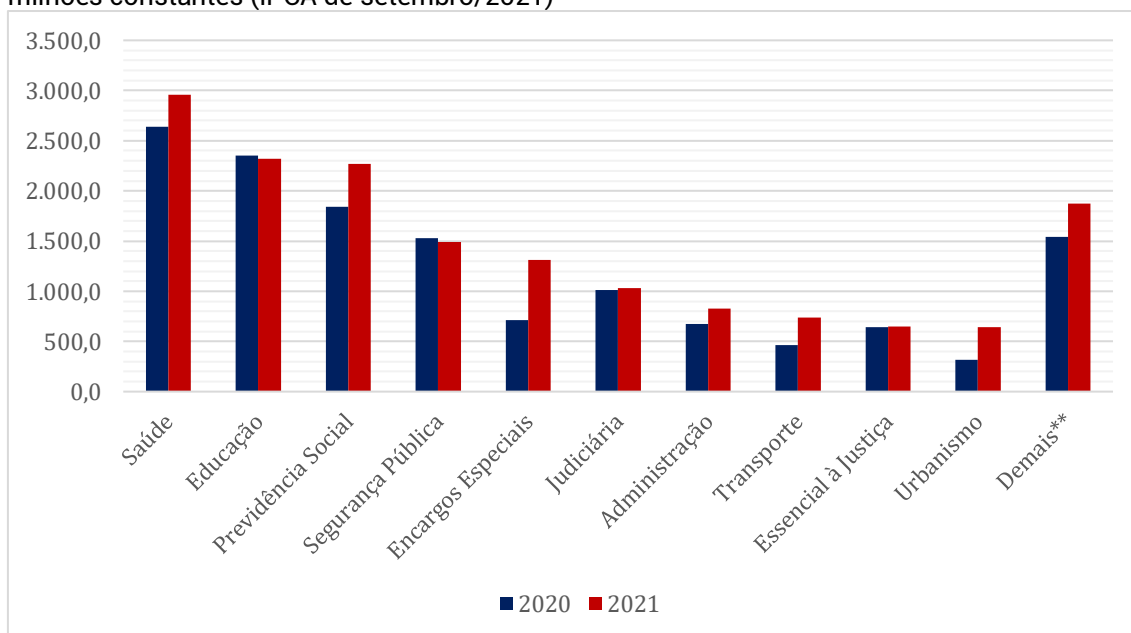
Descrição	Acumulado		Variação	
	2020	2021	%	Absoluta
Despesas correntes	12.196,4	12.753,9	4,6	557,5
Pessoal e encargos sociais	136,5	258,4	89,2	121,8
Juros e encargos da dívida	4.585,8	5.120,8	11,7	535,0
Outras despesas correntes	7.474,0	7.374,7	-1,3	-99,3
Despesas de capital	1.474,1	2.738,6	85,8	1.264,5
Investimentos	282,5	751,0	165,9	468,5
Inversões financeiras	121,7	164,5	35,2	42,8
Amortização da dívida	1.069,9	1.823,1	70,4	753,2
Total (I + II)	13.670,5	15.492,5	13,3	1.822,0

Fonte: Secretaria de Estado do Orçamento e Planejamento – SEPLAN

*Dados passíveis de alteração

Referente aos gastos por funções, a área "Saúde" lidera com R\$ 2,9 bi, um crescimento de 12,2% frente a 2020 (**Gráfico 20**). A função "Encargos especiais" mostrou a maior variação absoluta, de R\$ 600,8 mi, enquanto que "Habitação" (inclusa na rubrica "Demais") apresenta a maior variação percentual, de 597,1%.

Gráfico 20 - Maranhão: Gastos por função* no acumulado de janeiro a setembro de 2021, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2021)



Fonte: Secretaria de Estado do Orçamento e Planejamento – SEPLAN

* Dados passíveis de alteração

** Fazem parte dessa rubrica, as seguintes funções: Legislativa; Direitos da Cidadania; Assistência Social; Agricultura; Cultura; Habitação; Comércio e Serviços; Desporto e Lazer; Trabalho; Ciência e Tecnologia; Gestão Ambiental; Indústria; Saneamento; Organização Agrária; e Energia.

3.4 Mercado de Trabalho

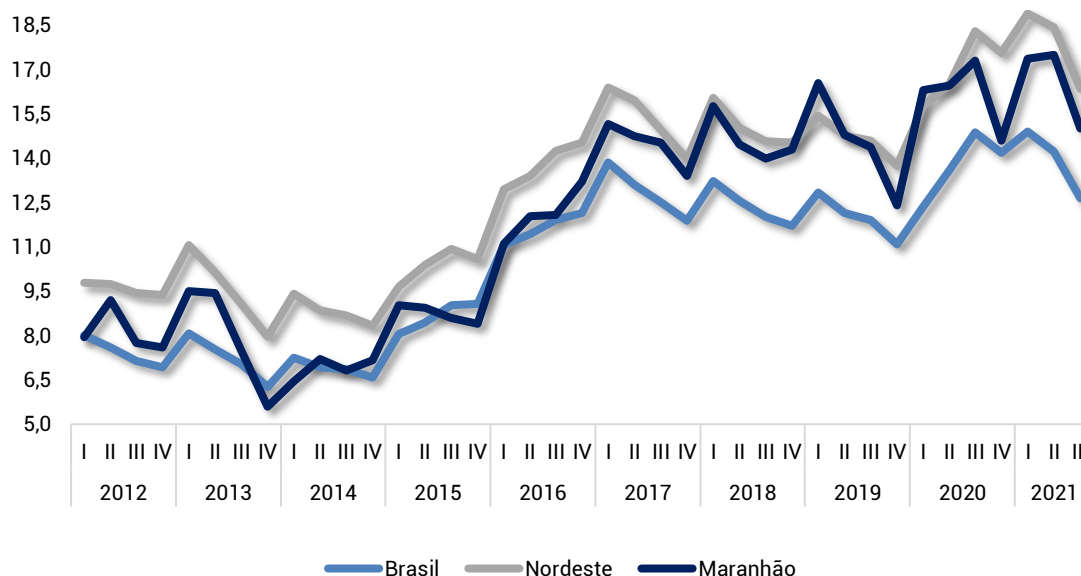
3.4.1 Ocupação

Taxa de desocupação do Maranhão recua 2,5 p.p no terceiro trimestre

Os dados da PNADc sobre o estado do Maranhão, relativos ao terceiro trimestre de 2021, mostram que a relação entre desocupados e pessoas na força de trabalho atingiu 15,0%, registrando um recuo de 2,5 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior (**Gráfico 21**). Essa variação foi a terceira maior do Nordeste e representou a atenuação de 58 mil pessoas no contingente de desocupados no estado. Observou-se a mesma tendência na região Nordeste (16,4%) que, apesar da queda de 2,1 p.p em relação ao segundo trimestre de 2021, ainda apresenta a maior taxa de desocupação dentre as regiões do país.

Frente ao mesmo trimestre do ano anterior, o Maranhão registrou recuo de 2,3 p.p., performance melhor do que a da região Nordeste, que apresentou recuo de 2,0 p.p. no mesmo intervalo de referência.

Gráfico 21 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação trimestral das pessoas na força de trabalho, por trimestre de 2012 a 2021 (em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE

Total de ocupados do Maranhão chega a 2,3 milhões de pessoas no terceiro trimestre de 2021, cerca de 116 mil a mais na comparação com o trimestre anterior

No trimestre encerrado em setembro, o Maranhão atingiu um contingente de 2,317 milhões de pessoas ocupadas, patamar superior ao registrado no trimestre anterior – foram 116 mil novas ocupações, de forma mais intensiva no setor de Serviços (+78 mil). Em relação ao terceiro trimestre de 2019, período pré-pandemia, o patamar de ocupação se encontra 1,9% acima.

O número de ocupados no Maranhão também apresentou avanço na comparação interanual, apontando ampliação de 324 mil novas vagas. Todos os grupamentos apresentaram variações positivas na comparação com o mesmo período do ano passado. O resultado mais

expressivo foi apontado pelo setor da Construção, que registrou crescimento de 24,0% no número de ocupados, o equivalente ao incremento de 44 mil ocupados.

A trajetória é corroborada pelos dados do CAGED/MTP, que vem apontando, nos últimos meses, expressivo aumento do trabalho com carteira na Construção Civil. Outro destaque no período foi a Indústria, que apresentou variação de 20,5% na mesma base de comparação, em especial na atividade de "Fabricação de produtos cerâmicos" (5,8 mil novos ocupados).

Ainda, em termos absolutos, os segmentos de "Serviços domésticos" e "Pré-escola e ensino fundamental", com geração de 28,9 mil e 23,9 mil ocupações, respectivamente, contribuíram para o bom resultado do setor de Serviços. O segmento vem sendo beneficiado pelo avanço da vacinação, que permitiu uma atividade mais dinâmica. Todavia pesa a alta da inflação e das taxas de juros.

Tabela 24 - Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas) segundo os grupamentos de atividade, de 2017 a 2021; variação absoluta e taxa de crescimento (%)

Grupamentos de Atividade	3º tri 2020	2º tri 2021	3º tri 2021	Var. tri anterior		Var. interanual	
				Abs.	%	Abs.	%
Total	1.993	2.201	2.317	116	5,27	324	16,26
Agropecuária	298	344	346	2	0,6	48	16,1
Indústria	117	143	141	-2	-1,4	24	20,5
Indústria de transformação	91	114	115	1	0,9	24	26,4
Construção	183	206	227	21	10,2	44	24,0
Comércio, reparação de veículos	478	512	529	17	3,3	51	10,7
Serviços inclusive APU, educação e saúde	917	996	1.074	78	7,8	157	17,1
Transporte, armazenagem e correio	88	92	96	4	4,3	8	9,1
Alojamento e alimentação	108	126	125	-1	-0,8	17	15,7
Informação, comunic., ativ. financ., imob. e adm.	108	129	148	19	14,7	40	37,0
Outros serviços	77	84	95	11	13,1	18	23,4
Serviços domésticos	124	138	153	15	10,9	29	23,4
Administração Pública, educação e saúde	412	427	457	30	7,0	45	10,9

Fonte: PNAD Contínua / IBGE

Em relação à Agropecuária, o setor abriu 48 mil ocupações em um ano. O fato possibilitou o crescimento mais significativo da ocupação no período analisado. As atividades de "Cultivo de arroz" (+14,5 mil), "Criação de Bovinos" (+13 mil) e "Pesca" (+7,8 mil) foram as que mais influenciaram no resultado.

Maranhão apresenta alta da ocupação formal e informal no terceiro trimestre de 2021

Na abertura por posição ocupacional, aponta-se o aumento do emprego informal, com alta de 119 mil empregados sem carteira assinada, e de 67 mil trabalhadores por conta própria sem CNPJ no período de um ano. Com isso, a taxa de informalidade chegou a 59,3%. Dentre o setor formal, as categorias, que incluem os empregados no setor privado com carteira e servidores públicos, apresentaram abertura de 118 mil novos empregos, totalizando 860 mil empregados formais no estado até o final de setembro.

Tabela 25 - Maranhão: Número de ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2017 a 2021

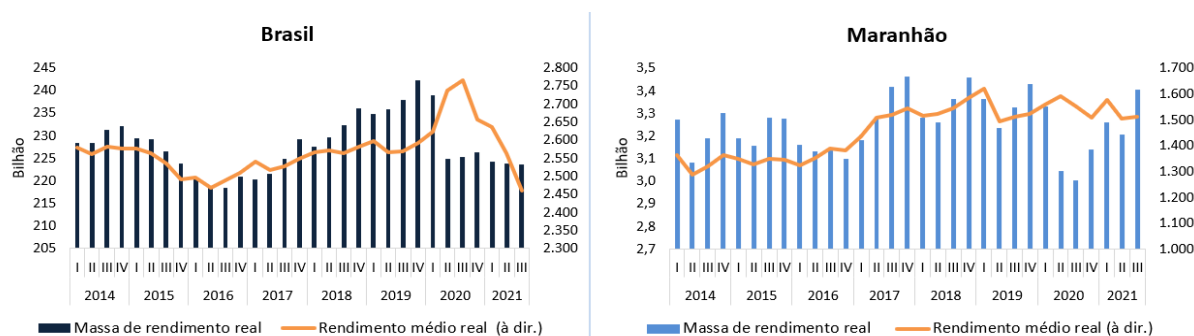
Posição na ocupação	3º tri 2020	2º tri 2021	3º tri 2021	Var. tri anterior		Var. interanual	
				Absoluta	(%)	Absoluta	(%)
Total – Maranhão	1.993	2.201	2.317	116	5,3	324	16,3
Empregados formais e Servidores Públicos	742	784	860	76	9,7	118	15,9
Empregado no setor privado – c/carteira	388	406	459	53	13,1	71	18,3
Trabalhador doméstico – c/carteira	10	19	22	3	15,8	12	120,0
Empr. no setor público – c/carteira	17	23	18	-5	-21,7	1	5,9
Empr. no setor público – s/carteira	119	123	136	13	10,6	17	14,3
Empr. no setor público – militar e RJU	208	213	225	12	5,6	17	8,2
Empregados sem carteira	476	546	595	49	9,0	119	25,0
Empregado no setor privado – s/carteira	365	427	465	38	8,9	100	27,4
Trabalhador doméstico – s/carteira	111	119	130	11	9,2	19	17,1
Empregadores	56	53	70	17	32,1	14	25,0
Empregador com CNPJ	31	27	38	11	40,7	7	22,6
Empregador sem CNPJ	25	26	32	6	23,1	7	28,0
Conta Própria	664	753	725	-28	-3,7	61	9,2
Conta própria com CNPJ	50	52	44	-8	-15,4	-6	-12,0
Conta própria sem CNPJ	614	701	681	-20	-2,9	67	10,9
Trabalhador familiar auxiliar	55	65	65	0	0,0	10	18,2

Fonte: PNAD Contínua /IBGE

Massa de rendimento real das pessoas ocupadas no Maranhão registrou elevação

A massa de rendimento real da população ocupada do Maranhão (R\$ 3,4 bi) registrou variação de 6,1% no terceiro trimestre de 2021, na comparação com o trimestre anterior e de 13,4% em contra o mesmo período do ano anterior, apontando trajetória de alta, com montante 2,3% acima do patamar pré-pandemia, ao contrário do registrado em abrangência nacional, que se encontra 6% abaixo do nível do terceiro trimestre de 2019. Em se tratando dos rendimentos médios reais da população ocupada, o Maranhão apresentou média de R\$ 1,51 mil no terceiro trimestre de 2021, que equivale a uma alta de 0,5% no confronto com o trimestre imediatamente anterior.

Gráfico 22 - Brasil e Maranhão: Rendimento médio real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), do primeiro trimestre/2014 ao terceiro trimestre/2021, inflacionados pelo IPCA a preços de ago./2021



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Com base na análise dos microdados da PNADc, evidenciou-se que a alta da massa de rendimento real do Maranhão, na comparação interanual, ocorreu principalmente nas atividades de "Pré-escola e ensino fundamental" (R\$ 93,29 milhões) e de "Construção de edifícios" (R\$ 66,40 milhões).

3.4.2 Emprego formal celetista

Maranhão cria 37.465 empregos entre janeiro e outubro de 2021, o maior crescimento de vagas do Nordeste

O Maranhão apresentou saldo de 4.979 admissões líquidas em outubro de 2021, o avanço de 0,95% em relação ao mês anterior representa a segunda maior alta relativa dentre os estados do Nordeste e a terceira considerando todas as Unidades Federativas do país.

Ao investigar o saldo de contratações no mês, verifica-se que o setor de "Serviços" (+2,1 mil vínculos) capitaneou a geração de vagas. Também houve abertura de vagas nos grupamentos da "Construção" (+1,2 mil vínculos), "Comércio" (+1,2 mil vínculos), "Agropecuária" (+324 vínculos) e "Indústria" (+207 vínculos), distribuídos entre a "Indústria Extrativa" (+131 vínculos) e a "Indústria de Transformação" (+60 vínculos).

Tabela 26 - Maranhão: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas – saldo mensal* e acumulado**

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Out./2021	Acumulado/2021
Maranhão – Total	4.979	37.465
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	324	2.615
Indústria Geral	207	2.363
Indústrias Extrativas	131	262
Indústrias de Transformação	60	1.738
Eletricidade e Gás	8	39
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	8	324
Construção	1.156	6.869
Comércio	1.152	8.701
Serviços	2.140	16.917
Transporte, armazenagem e correio	108	1.532
Alojamento e alimentação	161	1.650
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	934	6.299
Informação e Comunicação	97	216
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	-13	509
Atividades Imobiliárias	8	237
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	44	1.501
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	798	3.836
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais	812	4.973
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	249	-369
Educação	166	1.301
Saúde Humana e Serviços Sociais	397	4.041
Serviços domésticos	0	1
Outros serviços	125	2.462
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	25	194
Outras Atividades de Serviços	100	2.268
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0	0
<i>Não identificado</i>	<i>0</i>	<i>0</i>

Fonte: Novo CAGED – MTP

*Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo.

** janeiro a outubro de 2021

Com o resultado, o estado acumula, nos dez meses do ano, saldo de 37.465 trabalhadores admitidos, que equivale a uma variação de 7,61%, o maior crescimento dentre os estados do Nordeste. Aponta-se a forte influência do setor de Serviços, Comércio e Construção, responsáveis pela geração de 16,9 mil, 8,7 mil e 6,9 mil vagas, respectivamente. Dessa forma, o total de trabalhadores celetistas no mercado de trabalho maranhense atingiu 529.823 pessoas, uma alta de 10,7% em relação ao patamar pré-pandemia, enquanto que, na abrangência nacional, essa taxa foi de 5,4%.

Em relação aos empregos gerados no território maranhense, 109 municípios apresentaram saldos positivos de empregos no mês de outubro, os maiores resultados foram apresentados pelas seguintes cidades: São Luís (+2,8 mil vínculos); Imperatriz (+322 vínculos); Balsas (+311 vínculos); Timon (+233 vínculos); São José de Ribamar (+208 vínculos). Quanto aos 61 municípios que registraram perda de vagas, as mais expressivas foram em Santo Antônio dos Lopes (-139 vínculos); Campestre do Maranhão (-79 vínculos); Trizidela do Vale (-60 vínculos); São Domingos do Maranhão (-43 vínculos); Davinópolis (-40 vínculos). Ademais, 47 municípios apresentaram saldo de contratações nulo.